

DIREITO PROCESSUAL CIVIL 31

Maurício Ferreira Cunha

TABELA DE INCIDÊNCIA DE QUESTÕES..... 31

★ QUESTÕES 33

1. PRINCÍPIOS.....	33
2. JURISDIÇÃO.....	43
3. AÇÃO.....	44
4. PROCESSO.....	45
5. PARTES E PROCURADORES.....	46
5.1. CAPACIDADE PROCESSUAL.....	46
5.2. DEVERES DAS PARTES E DOS PROCURADORES.....	46
5.2.1. DAS DESPESAS, DAS MULTAS E DOS HONORÁRIOS..	49
6. LITISCONSÓRCIO.....	51
7. INTERVENÇÃO DE TERCEIROS.....	53
8. MINISTÉRIO PÚBLICO.....	63
9. COMPETÊNCIA.....	73
10. DO JUIZ.....	84
11. ATOS PROCESSUAIS.....	86
11.1. PRAZOS.....	89
11.2. CITAÇÃO.....	90
11.3. NULIDADES.....	91
12. FORMAÇÃO, SUSPENSÃO E EXTINÇÃO DO PROCESSO.....	92
13. PROCESSO E PROCEDIMENTO.....	93
13.1. PROCEDIMENTO SUMARÍSSIMO....	93
14. PROCEDIMENTO COMUM.....	94
14.1. TUTELAS PROVISÓRIAS.....	94
14.2. PETIÇÃO INICIAL.....	103
14.3. RESPOSTAS DO RÉU.....	106
14.4. REVELIA.....	108
14.5. PROVAS.....	109
14.6. AUDIÊNCIA.....	115
14.7. SENTENÇA E COISA JULGADA.....	118
14.8. LIQUIDAÇÃO DE SENTENÇA.....	130
14.9. CUMPRIMENTO DE SENTENÇA.....	130
14.10. PROCESSO NOS TRIBUNAIS.....	136
14.11. RECURSOS.....	149

14.11.1. EMBARGOS DE DECLARAÇÃO.....	162
14.11.2. RECURSO ORDINÁRIO CONSTITUCIONAL.....	163
14.11.3. RECURSOS ESPECIAL E EXTRAORDINÁRIO.....	164
15. PROCESSO DE EXECUÇÃO.....	168
15.1. EXECUÇÃO POR QUANTIA CERTA CONTRA DEVEDOR SOLVENTE.....	170
15.2. EXECUÇÃO CONTRA A FAZENDA PÚBLICA.....	173
15.3. EXECUÇÃO DE ALIMENTOS.....	173
15.4. DEFESAS DO EXECUTADO.....	173
16. PROCEDIMENTOS ESPECIAIS NO CPC.....	174
16.1. AÇÕES POSSESSÓRIAS.....	179
16.2. AÇÃO DE USUCAPIÃO.....	181
16.3. INVENTÁRIO E PARTILHA.....	182
16.4. AÇÃO MONITÓRIA.....	183
16.5. CURATELA DOS INTERDITOS.....	183
16.6. ORGANIZAÇÃO E FISCALIZAÇÃO DAS FUNDAÇÕES.....	184
17. DISPOSIÇÕES FINAIS E TRANSITÓRIAS.....	185
18. PROCEDIMENTOS ESPECIAIS NA LEGISLAÇÃO EXTRAVAGANTE.....	187
18.1. MANDADO DE SEGURANÇA.....	187
18.2. AÇÕES CÍVIS PÚBLICAS.....	190
18.3. AÇÃO DE IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA.....	210
18.4. MANDADO DE SEGURANÇA COLETIVO.....	214
18.5. AÇÃO POPULAR.....	215
18.6. AÇÕES E OUTROS PROCEDIMENTOS CONSTITUCIONAIS.....	217
18.7. AÇÃO DE INVESTIGAÇÃO DE PATERNIDADE.....	221

★ DICAS (RESUMO) 223

1. JURISDIÇÃO.....	224
1.1. EQUIVALENTES JURISDICIONAIS...	225
1.2. LIMITES DA JURISDIÇÃO NACIONAL.....	226
1.3. COOPERAÇÃO INTERNACIONAL....	226
2. AÇÃO.....	227

3. PARTES E PROCURADORES.....	229	12. LIQUIDAÇÃO DE SENTENÇA.....	249
3.1. CAPACIDADE PROCESSUAL.....	229	13. CUMPRIMENTO DE SENTENÇA	249
3.2. DEVERES DAS PARTES E DOS PROCURADORES.....	229	14. ORDEM DOS PROCESSOS NOS TRIBUNAIS.....	250
3.3. DAS DESPESAS, DOS HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS E DAS MULTAS.....	229	14.1. AÇÃO RESCISÓRIA	253
3.4. DAS DESPESAS E DAS MULTAS.....	230	15. RECURSOS.....	254
3.5. SUBSTITUIÇÃO DAS PARTES E DOS PROCURADORES.....	230	16. PROCESSO DE EXECUÇÃO.....	257
4. LITISCONSÓRCIO.....	231	16.1. RESPONSABILIDADE PATRIMONIAL.....	257
5. INTERVENÇÃO DE TERCEIROS	232	16.2. REQUISITOS NECESSÁRIOS PARA REALIZAR QUALQUER EXECUÇÃO ..	257
6. MINISTÉRIO PÚBLICO	233	16.3. EXECUÇÃO POR QUANTIA CERTA CONTRA DEVEDOR SOLVENTE.....	258
7. COMPETÊNCIA.....	234	17. PROCEDIMENTOS ESPECIAIS NO CPC	261
8. ATOS PROCESSUAIS	237	17.1. AÇÃO DE CONSIGNAÇÃO EM PAGAMENTO.....	261
8.1. PRAZOS	237	17.2. AÇÕES POSSESSÓRIAS.....	262
8.2. CITAÇÃO.....	237	17.3. AÇÃO DE DEMARCAÇÃO E DIVISÃO DE TERRAS PARTICULARES....	263
8.3. VALOR DA CAUSA.....	238	17.4. INVENTÁRIO E PARTILHA	263
8.4. NULIDADES.....	239	17.5. AÇÃO MONITÓRIA.....	263
9. PROCESSO E PROCEDIMENTO.....	239	17.6. INTERDIÇÃO	264
9.1. PROCEDIMENTO SUMÁRIO.....	239	17.7. OPOSIÇÃO	265
9.2. PROCEDIMENTO SUMARÍSSIMO....	239	17.8. DISSOLUÇÃO PARCIAL DE SOCIEDADE.....	266
10. TUTELA PROVISÓRIA	241	18. PROCEDIMENTOS ESPECIAIS NA LEGISLAÇÃO EXTRAVAGANTE.....	266
10.1. FUNDAMENTO.....	241	18.1. MANDADO DE SEGURANÇA.....	266
10.2. CARACTERÍSTICAS.....	241	18.2. AÇÕES COLETIVAS.....	267
10.3. LEGITIMIDADE E MOMENTO PARA REQUERÊ-LA.....	241	18.2.1. AÇÃO CIVIL PÚBLICA	268
10.4. RESPONSABILIDADE PELA EFETIVAÇÃO DE PROVIMENTOS PROVISÓRIOS.....	241	18.2.2. MANDADO DE SEGURANÇA COLETIVO.....	268
10.5. TUTELA PROVISÓRIA DE URGÊNCIA ANTECIPADA	241	18.2.3. AÇÃO DE IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA	269
10.6. TUTELA PROVISÓRIA DE URGÊNCIA CAUTELAR.....	242	18.2.4. AÇÕES E OUTROS PROCEDIMENTOS CONSTITUCIONAIS.....	270
10.7. FUNGIBILIDADE DAS TUTELAS CONCEDIDAS EM CARÁTER ANTECEDENTE	243		
11. PROCEDIMENTO COMUM	243	✦ SÚMULAS APLICÁVEIS	270
11.1. PETIÇÃO INICIAL.....	243	✦ STJ	270
11.2. RESPOSTAS DO RÉU	243	1. AÇÃO	270
11.2.1. CONTESTAÇÃO	244	2. PARTES E PROCURADORES.....	270
11.2.2. RECONVENÇÃO	244	2.1. CAPACIDADE PROCESSUAL	270
11.2.3. IMPEDIMENTO OU SUSPEIÇÃO	244	2.2. DAS DESPESAS E DAS MULTAS.....	270
11.3. REVELIA	245	3. COMPETÊNCIA.....	270
11.4. JULGAMENTO ANTECIPADO DO MÉRITO	245	4. ATOS PROCESSUAIS	271
11.5. JULGAMENTO ANTECIPADO PARCIAL DO MÉRITO.....	245	4.1. PRAZOS	271
11.6. PROVAS.....	245	4.2. CITAÇÃO.....	271
11.7. SENTENÇA E COISA JULGADA	247		

5. FORMAÇÃO, SUSPENSÃO E EXTINÇÃO DO PROCESSO	272
6. PROCESSO E PROCEDIMENTO.....	272
6.1. PROCEDIMENTO SUMÁRIO.....	272
6.2. PROCEDIMENTO SUMARÍSSIMO....	272
7. TUTELA PROVISÓRIA	272
8. PROCEDIMENTO COMUM	272
8.1. RESPOSTA DO RÉU.....	272
8.2. PROVAS.....	272
8.3. SENTENÇA E COISA JULGADA	272
8.4. LIQUIDAÇÃO DE SENTENÇA.....	272
8.5. AÇÃO RESCISÓRIA	272
8.6. RECURSOS	273
8.6.1. APELAÇÃO	273
8.6.2. AGRAVO.....	273
8.6.3. EMBARGOS DE DECLARAÇÃO	273
8.6.4. RECURSO ORDINÁRIO CONSTITUCIONAL.....	273
8.6.5. RECURSO ESPECIAL E EXTRAORDINÁRIO	273
8.6.6. EMBARGOS DE DIVERGÊNCIA.....	274
9. PROCESSO DE EXECUÇÃO.....	274
9.1. PARTES.....	274
9.2. TÍTULO EXECUTIVO	274
9.3. RESPONSABILIDADE PATRIMONIAL ..	275
9.4. PENHORA.....	275
9.5. EXECUÇÃO DE ALIMENTOS	275
9.6. EXECUÇÃO CONTRA A FAZENDA PÚBLICA	275
9.7. EXECUÇÃO FISCAL.....	275
10. PROCEDIMENTOS ESPECIAIS NO CPC	276
10.1. AÇÕES POSSESSÓRIAS.....	276
10.2. INVENTÁRIO E PARTILHA	276
10.3. EMBARGOS DE TERCEIROS.....	276
10.4. AÇÃO MONITÓRIA	276
11. PROCEDIMENTOS ESPECIAIS NA LEGISLAÇÃO EXTRAVAGANTE.....	276
11.1. MANDADO DE SEGURANÇA.....	276
11.2. AÇÕES COLETIVAS.....	277
11.3. AÇÃO POPULAR.....	277
11.4. LOCAÇÃO.....	277
11.5. AÇÕES E OUTROS PROCEDIMENTOS CONSTITUCIONAIS.....	277

LEGISLAÇÃO INSTITUCIONAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO 279

Ricardo Silvares

TABELA DE INCIDÊNCIA DE QUESTÕES.....	279
---------------------------------------	-----

★ QUESTÕES	281
1. LEGISLAÇÃO PERTINENTE.....	281
2. PRINCÍPIOS E FUNÇÕES INSTITUCIONAIS....	281
3. AUTONOMIAS FUNCIONAL, ADMINISTRATIVA E FINANCEIRA	286
4. ORGANIZAÇÃO DO MINISTÉRIO PÚBLICO E ATRIBUIÇÕES DE SEUS ÓRGÃOS	287
5. CONSELHO NACIONAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO.....	298
6. INSTRUMENTOS DE ATUAÇÃO E PODERES DE INVESTIGAÇÃO.....	302
7. INQUÉRITO CIVIL E AÇÃO CIVIL PÚBLICA....	304
8. GARANTIAS E PRERROGATIVAS	304
9. DEVERES E VEDAÇÕES	307
10. CARREIRA	308
11. SANÇÕES DISCIPLINARES.....	309
12. RESPONSABILIDADE CIVIL DE MEMBRO DO MINISTÉRIO PÚBLICO	310

★ DICAS (RESUMO)	311
1. LEGISLAÇÃO PERTINENTE.....	311
2. PRINCÍPIOS E FUNÇÕES INSTITUCIONAIS....	311
3. AUTONOMIAS FUNCIONAL, ADMINISTRATIVA E FINANCEIRA	312
4. ORGANIZAÇÃO DO MINISTÉRIO PÚBLICO E ATRIBUIÇÕES DE SEUS ÓRGÃOS	313
5. CONSELHO NACIONAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO.....	317
6. INSTRUMENTOS DE ATUAÇÃO E PODERES DE INVESTIGAÇÃO.....	317
7. INQUÉRITO CIVIL E AÇÃO CIVIL PÚBLICA....	318
8. GARANTIAS E PRERROGATIVAS	318
9. DEVERES E VEDAÇÕES	319
10. CARREIRA	320
11. PENAS DISCIPLINARES.....	320

★ SÚMULAS APLICÁVEIS 321

★ STJ 321

★ STF..... 321

DIREITOS HUMANOS..... 323

Lucas de Souza Lehfeld

TABELA DE INCIDÊNCIA DE QUESTÕES.....	323
---------------------------------------	-----

★ QUESTÕES

1. DIREITO INTERNACIONAL DOS DIREITOS HUMANOS.....	325
--	-----

1.1. DO INGRESSO DOS TRATADOS DE DIREITOS HUMANOS NO ORDENAMENTO JURÍDICO BRASILEIRO	327	1. DAS FINANÇAS PÚBLICAS E DO ORÇAMENTO	377
1.2. DAS CARACTERÍSTICAS DOS DIREITOS HUMANOS	328	2. DA RESPONSABILIDADE FISCAL	380
1.3. DO HISTÓRICO DOS DIREITOS HUMANOS	331	✦ DICAS (RESUMO)	384
1.4. DA PROTEÇÃO À CRIANÇA NO ÂMBITO INTERNACIONAL	333	1. DAS FINANÇAS PÚBLICAS E DO ORÇAMENTO	384
1.5. DO SISTEMA INTERAMERICANO DE DIREITOS HUMANOS	333	1.1. PRINCÍPIOS ORÇAMENTÁRIOS	384
2. DOS DIREITOS E GARANTIAS FUNDAMENTAIS POSITIVADOS NA CF/88	340	1.2. DA COMPETÊNCIA EM MATÉRIA FISCAL E ORÇAMENTÁRIA	384
3. OUTROS INSTRUMENTOS NORMATIVOS DE PROTEÇÃO DOS DIREITOS HUMANOS	345	1.3. DO BANCO CENTRAL DO BRASIL ..	385
3.1. DIREITOS HUMANOS E RACISMO ..	345	1.4. ESPÉCIES DE ORÇAMENTO	385
3.2. OUTROS INSTRUMENTOS NORMATIVOS DE DIREITOS HUMANOS	349	1.5. DO ORÇAMENTO PARTICIPATIVO	385
✦ DICAS (RESUMO)	367	1.6. CICLO ORÇAMENTÁRIO AMPLIADO	385
1. CARACTERÍSTICAS DOS DIREITOS HUMANOS	367	1.7. DA NATUREZA JURÍDICA DO ORÇAMENTO	386
2. EVOLUÇÃO (GERAÇÕES)	367	1.8. DAS LEIS ORÇAMENTÁRIAS	386
3. A DECLARAÇÃO UNIVERSAL DOS DIREITOS HUMANOS	367	2. RECEITAS E DESPESAS PÚBLICAS	386
4. DIREITOS E GARANTIAS FUNDAMENTAIS – CLÁUSULAS PÉTREAS	368	2.1. ESTÁGIOS DA RECEITA	387
5. A ONU E OS SISTEMAS DE PROTEÇÃO DOS DIREITOS HUMANOS	368	2.2. DA DRU	387
5.1. SISTEMA GLOBAL	368	2.3. TAXA E PREÇO PÚBLICO OU TARIFA ..	387
5.2. SISTEMA REGIONAL	369	2.4. DA DÍVIDA ATIVA	387
6. INCIDENTE DE DESLOCAMENTO DE COMPETÊNCIA	370	2.5. DESPESAS PÚBLICAS	387
7. TRATADOS INTERNACIONAIS SOBRE DIREITOS HUMANOS E A EMENDA CONSTITUCIONAL Nº 45/2004	370	2.6. DOS ESTÁGIOS DA DESPESA PÚBLICA	388
8. SISTEMA INTERAMERICANO DE DIREITOS HUMANOS	371	2.7. VEDAÇÕES CONSTITUCIONAIS	388
9. INSTRUMENTOS DE PROTEÇÃO DOS DIREITOS HUMANOS	372	2.8. EMENDAS AO PROJETO DE LEIS ORÇAMENTÁRIAS	389
10. RACISMO	372	2.9. SISTEMA DE PRECATÓRIOS	389
✦ SÚMULAS APLICÁVEIS	373	2.10. REGIME FISCAL (“PEC DOS GASTOS”) E NOVO ARCABOUÇO	391
DIREITO FINANCEIRO	375	3. DA LEI DE RESPONSABILIDADE FISCAL (LEI COMPLEMENTAR Nº 101/2000)	393
<i>Lucas de Souza Lehfeld</i>		3.1. DOS LIMITES DAS DESPESAS COM PESSOAL	393
TABELA DE INCIDÊNCIA DE QUESTÕES	375	3.2. DA TRANSPARÊNCIA DA GESTÃO FISCAL	393
✦ QUESTÕES	377	3.3. DA GESTÃO FISCAL	393
		3.4. LEI DE RESPONSABILIDADE FISCAL E DESPESAS PÚBLICAS	394
		✦ SÚMULAS APLICÁVEIS	395
		✦ STF	395
		✦ STJ	396
		DIREITO AGRÁRIO	397
		<i>Stanley Costa</i>	
		TABELA DE INCIDÊNCIA DE QUESTÕES	397

★ QUESTÕES.....	399	★ QUESTÕES.....	427
1. DIREITO AGRÁRIO.....	399	★ I. LEI DE INTRODUÇÃO ÀS NORMAS DO DIREITO BRASILEIRO.....	427
2. EVOLUÇÃO HISTÓRICA DA ESTRUTURA FUNDIÁRIA NO BRASIL.....	400	1. CONTEÚDO E FUNÇÃO DA LINDB À LUZ DA LEI 13.655/2018.....	427
3. FUNÇÃO SOCIAL DA PROPRIEDADE RU- RAL.....	401	1.1. CARACTERÍSTICAS DAS LEIS.....	427
3.1. DESAPROPRIAÇÃO PARA FINS DE REFORMA AGRÁRIA.....	402	2. EFICÁCIA DA LEI NO TEMPO (VIGÊNCIA E REVOGAÇÃO).....	428
4. POLÍTICA AGRÍCOLA.....	403	2.1. ULTRATIVIDADE.....	430
5. IMÓVEL RURAL.....	403	3. INTEGRAÇÃO DAS LEIS.....	430
6. REFORMA AGRÁRIA.....	404	4. EFICÁCIA DAS LEIS NO ESPAÇO.....	431
7. DESAPROPRIAÇÃO POR INTERESSE SO- CIAL PARA A REFORMA AGRÁRIA.....	405	5. NORMAS DE SEGURANÇA JURÍDICA DO DIREITO PÚBLICO.....	432
8. CONTRATOS AGRÁRIOS.....	407	★ II. PARTE GERAL.....	433
8.1. ARRENDAMENTO RURAL.....	407	1. PESSOAS NATURAIS.....	433
9. TERRAS DEVOLUTAS.....	408	1.1. INCAPACIDADES.....	433
10. CRÉDITO RURAL.....	410	1.2. CESSAÇÃO DA INCAPACIDADE.....	434
11. TERRAS OCUPADAS PELOS ÍNDIOS.....	410	1.2.1. EMANCIPAÇÃO.....	434
12. IMPOSTO SOBRE A PROPRIEDADE TERRI- TORIAL RURAL – ITR.....	411	1.3. EXTINÇÃO DA PESSOA NATURAL..	435
★ DICAS (RESUMO).....	412	1.4. COMORIÊNCIA OU MORTE SIMUL- TÂNEA.....	435
1. INTRODUÇÃO AO DIREITO AGRÁRIO.....	412	1.5. AUSÊNCIA.....	435
2. PRINCÍPIOS DE DIREITO AGRÁRIO.....	412	1.6. MORTE PRESUMIDA.....	436
3. EVOLUÇÃO HISTÓRICA DA PROPRIEDA- DE RURAL NO BRASIL.....	412	2. DIREITOS DA PERSONALIDADE.....	436
4. IMÓVEL RURAL.....	412	2.1. DISPOSIÇÃO DO CORPO EM VIDA...	440
5. FUNÇÃO SOCIAL DA PROPRIEDADE RU- RAL.....	413	2.2. DISPOSIÇÃO DO CORPO PARA DE- POIS DA MORTE.....	441
6. AQUISIÇÃO DO IMÓVEL RURAL.....	414	2.3. NOME.....	441
7. BENS PÚBLICOS.....	415	2.4. IMAGEM.....	443
8. REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA.....	416	3. PESSOAS JURÍDICAS.....	444
9. TERRAS INDÍGENAS.....	416	3.1. PERSONALIDADE DA PESSOA JU- RÍDICA.....	444
10. TERRAS DE COMUNIDADES TRADICIO- NAIS QUILOMBOLAS.....	416	3.2. PESSOAS JURÍDICAS DE DIREITO PRIVADO.....	444
11. REFORMA AGRÁRIA.....	417	3.2.1. ASSOCIAÇÕES.....	445
12. DESAPROPRIAÇÃO.....	417	3.2.2. FUNDAÇÕES.....	445
13. POLÍTICA AGRÍCOLA.....	419	3.2.3. DESCONSIDERAÇÃO DA PERSONALIDADE JURÍDI- CA.....	449
14. CONTRATOS AGRÁRIOS.....	419	4. BENS.....	449
15. EMPRESA AGRÁRIA.....	421	4.1. CARACTERÍSTICAS DOS BENS.....	449
16. NOÇÕES DE TRIBUTAÇÃO NO DIREITO AGRÁRIO.....	421	4.2. CLASSIFICAÇÃO DOS BENS.....	450
17. DIREITO AGRÁRIO E MEIO AMBIENTE.....	423	4.2.1. RECIPROCAMENTE CON- SIDERADOS.....	450
DIREITO CIVIL.....	425	4.2.1.1. PERTENÇAS.....	450
Sebastião de Assis Neto		4.2.2. QUANTO AO TITULAR DO DOMÍNIO.....	451
Marcelo de Jesus			
Maria Izabel de Melo			
TABELA DE INCIDÊNCIA DE QUESTÕES.....	425		

5. FATOS JURÍDICOS, ATO JURÍDICO E NEGÓCIO JURÍDICO.....	452	4.1. MORA	470
5.1. GENERALIDADES E INTERPRETAÇÃO DO NEGÓCIO JURÍDICO	452	4.2. CLÁUSULA PENAL	471
5.2. ELEMENTOS ESSENCIAIS DO NEGÓCIO JURÍDICO	452	✦ IV. CONTRATOS EM GERAL.....	472
5.3. INCAPACIDADE RELATIVA COMO EXCEÇÃO PESSOAL.....	453	1. PRINCÍPIOS CONTRATUAIS	472
5.4. REPRESENTAÇÃO.....	453	1.1. PRINCÍPIO DA BOA-FÉ OBJETIVA...	472
5.5. ELEMENTOS ACIDENTAIS DO NEGÓCIO JURÍDICO	453	1.1.1. PROIBIÇÃO DE <i>VENIRE CONTRA FACTUM PROPRIMUM</i>	472
5.5.1. CONDIÇÃO	453	1.1.2. <i>DUTY TO MITIGATE THE LOSS</i>	472
5.6. DEFEITOS DO NEGÓCIO JURÍDICO ...	454	2. FORMAÇÃO DOS CONTRATOS	473
5.6.1. ERRO OU IGNORÂNCIA	454	2.1. CONTRATO PRELIMINAR	473
5.6.2. DOLO	454	3. VÍCIOS REDIBITÓRIOS	474
5.6.2.1. OMISSÃO DOLOSA	454	4. EVICÇÃO.....	475
5.6.3. LESÃO	455	5. CONTRATO COM PESSOA A DECLARAR	475
5.6.4. FRAUDE CONTRA CREDORES	455	6. EXTINÇÃO DO CONTRATO.....	476
5.7. INVALIDADE DO NEGÓCIO JURÍDICO	457	6.1. MORTE	476
5.7.1. CONSERVAÇÃO DO NEGÓCIO JURÍDICO	457	6.2. EXCEÇÃO DO CONTRATO NÃO CUMPRIDO	477
5.7.2. NULIDADE.....	457	✦ V. CONTRATOS EM ESPÉCIE	477
5.7.2.1. SIMULAÇÃO	458	1. COMPRA E VENDA	477
5.7.3. ANULABILIDADE.....	459	1.1. RETROVENDA.....	480
5.8. PRESCRIÇÃO E DECADÊNCIA	459	2. CONTRATO ESTIMATÓRIO.....	480
5.8.1. PRESCRIÇÃO	459	3. DOAÇÃO	480
5.8.1.1. PRESCRIÇÃO ORDINÁRIA E ESPECIAL	461	4. MANDATO	480
5.9. PROVA	463	5. CORRETAGEM	481
5.9.1. PRESUNÇÃO.....	463	6. FIANÇA	482
✦ III. PARTE ESPECIAL.....	464	7. TRANSAÇÃO.....	482
✦ DIREITO DAS OBRIGAÇÕES.....	464	8. ARRENDAMENTO MERCANTIL	483
1. MODALIDADES DAS OBRIGAÇÕES.....	464	✦ VI. RESPONSABILIDADE CIVIL	484
1.1. OBRIGAÇÕES DE DAR COISA CERTA E INCERTA	464	1. RESPONSABILIDADE CIVIL OBJETIVA.....	484
1.2. OBRIGAÇÕES DE FAZER E NÃO FAZER.....	464	2. RESPONSABILIDADE CIVIL DO INCAPAZ ..	484
1.3. OBRIGAÇÕES SOLIDÁRIAS	465	3. INDENIZAÇÃO NO ESTADO DE NECESSIDADE E A AÇÃO REGRESSIVA.....	486
1.4. OBRIGAÇÕES <i>PROPTER REM</i>	467	4. RESPONSABILIDADE CIVIL INDIRETA OU POR FATO DE OUTREM	486
2. TRANSMISSÃO DAS OBRIGAÇÕES	467	4.1. DOS PAIS EM RELAÇÃO AOS FILHOS	486
3. ADIMPLEMENTO E EXTINÇÃO DAS OBRIGAÇÕES	469	4.2. DIREITO DE REGRESSO.....	487
3.1. PAGAMENTO	469	4.3. RESPONSABILIDADE CIVIL DO DONO DE EDIFÍCIO OU CONSTRUÇÃO	487
4. INADIMPLEMENTO DAS OBRIGAÇÕES	470	4.4. RESPONSABILIDADE CIVIL POR DANOS PROVOCADOS POR VEÍCULO.....	487
		4.4.1. VEÍCULO LOCADO.....	487
		4.4.2. VEÍCULO EMPRESTADO	487

4.5. RESPONSABILIDADE DO DONO OU DETENTOR DO ANIMAL.....	488	2.1. CAPACIDADE PARA O CASAMENTO OU IDADE NÚBIL.....	507
5. TEORIA DA PERDA DE UMA CHANCE	488	2.2. IMPEDIMENTOS MATRIMONIAIS ...	508
6. TRANSMISSIBILIDADE DO DEVER DE INDENIZAR	490	2.3. CAUSAS SUSPENSIVAS	508
7. INDENIZAÇÃO PELO USO EXCLUSIVO DO BEM NA SEPARAÇÃO OU DIVÓRCIO	491	2.4. LOCAL DO CASAMENTO	509
8. RESPONSABILIDADE CIVIL DA ESCOLA	491	2.5. CASAMENTO VÁLIDO	510
9. RESPONSABILIDADE <i>EFFUSIS ET DEJECTIS</i>	491	2.6. CASAMENTO INVÁLIDO	510
10. RESPONSABILIDADE CIVIL NO CONTRATO DE TRANSPORTE.....	492	3. DIREITO PATRIMONIAL	511
10.1. RESPONSABILIDADE CIVIL NO TRANSPORTE AÉREO	492	3.1. DISPOSIÇÕES GERAIS OU COMUNS A TODOS OS REGIMES DE BENS.....	511
★ VII. DIREITO DAS COISAS	493	3.2. REGIME DE COMUNHÃO UNIVERSAL DE BENS.....	516
1. DIREITOS REAIS	493	4. PROTEÇÃO DA PESSOA DOS FILHOS.....	516
2. POSSE	494	4.1. GUARDA UNILATERAL.....	516
2.1. FÂMULO DA POSSE OU “NATURALIS POSSESSIO”	494	4.2. GUARDA COMPARTILHADA.....	517
2.2. CLASSIFICAÇÃO DA POSSE.....	494	5. RELAÇÕES DE PARENTESCO.....	517
2.2.1. POSSE JUSTA	494	5.1. FILIAÇÃO.....	518
2.2.2. POSSE DE BOA-FÉ.....	494	6. DISSOLUÇÃO DA SOCIEDADE E DO VÍNCULO CONJUGAL	519
2.2.3. POSSE DIRETA E INDIRETA ...	494	6.1. PARTILHA.....	519
2.3. AQUISIÇÃO E PERDA DA POSSE	495	6.2. RECONHECIMENTO DOS FILHOS...	521
2.4. EFEITOS DA POSSE.....	495	6.3. ADOÇÃO	522
3. PROPRIEDADE	497	6.4. PODER FAMILIAR.....	524
3.1. AQUISIÇÃO DA PROPRIEDADE IMÓVEL	498	7. ALIMENTOS.....	524
3.1.1. USUCAPIÃO DE IMÓVEIS...	498	7.1. TRINÔMIO NECESSIDADE-POSSIBILIDADE-PROPORCIONALIDADE.....	526
3.2. PERDA DA PROPRIEDADE.....	501	7.2. ALIMENTOS INDISPENSÁVEIS	527
3.2.1. ABANDONO	501	7.3. RESPONSABILIDADE SUBSIDIÁRIA E COMPLEMENTAR.....	527
4. CONDOMÍNIO EM GERAL	502	7.4. ALIMENTOS NA LINHA COLATERAL	528
4.1. CONDOMÍNIO EDILÍCIO	502	7.5. ALIMENTOS GRAVÍDICOS	528
5. DIREITOS REAIS SOBRE COISAS ALHEIAS.....	502	7.6. IMPRESCRITIBILIDADE DO DIREITO AOS ALIMENTOS.....	529
5.1. SUPERFÍCIE.....	502	7.7. ALIMENTOS SOLIDÁRIOS.....	529
5.2. USUFRUTO	503	7.8. ALIMENTOS CIVIS OU CÔNGRUOS ...	529
5.3. DIREITO DO PROMITENTE COMPRADOR.....	504	8. BEM DE FAMÍLIA	530
5.4. DIREITOS REAIS DE GARANTIA.....	505	8.1. INVOLUNTÁRIO OU LEGAL.....	530
5.4.1. HIPOTECA	505	9. UNIÃO ESTÁVEL	531
5.4.1.1. OBJETO DA HIPOTECA.....	505	9.1. RELAÇÕES PATRIMONIAIS.....	533
6. DIREITOS DE VIZINHANÇA	505	10. TUTELA	533
6.1. USO ANORMAL DA PROPRIEDADE...	505	11. CURATELA	534
		11.1. TOMADA DE DECISÃO APOIADA...	535
★ VIII. DIREITO DE FAMÍLIA	506	★ IX. DIREITO DAS SUCESSÕES	535
1. PLANEJAMENTO FAMILIAR.....	506	1. SUCESSÃO EM GERAL.....	535
2. CASAMENTO	507	1.1. ABERTURA DA SUCESSÃO	537
		1.2. CESSÃO DA HERANÇA.....	538

1.3. ACEITAÇÃO E RENÚNCIA DA HERANÇA	539	1.1.1. VIGÊNCIA DA LEI NO TEMPO. INÍCIO DA VIGÊNCIA DA LEI	553
2. SUCESSÃO LEGÍTIMA	540	1.2. FIM DA VIGÊNCIA DA LEI	553
2.1. ORDEM DE VOCAÇÃO HEREDITÁRIA	540	1.3. REVOGAÇÃO DA LEI	553
2.2. DIREITO REAL DE HABITAÇÃO	543	1.3.1. AB-ROGAÇÃO E DERROGAÇÃO	554
2.3. HERDEIROS NECESSÁRIOS	543	1.3.2. PRINCÍPIO DA ESPECIALIDADE (<i>LEX SPECIALIS DEROGAT LEX GENERALIS</i>)	554
2.4. EXCLUÍDOS DA SUCESSÃO	544	1.3.3. REPRISTINAÇÃO	554
3. SUCESSÃO TESTAMENTÁRIA	545	1.4. PROIBIÇÃO DE DESCUMPRIMENTO DA LEI	554
3.1. CAPACIDADE TESTAMENTÁRIA	545	1.5. REGRAS DE INTEGRAÇÃO DO DIREITO	555
3.2. FORMAS ORDINÁRIAS DE TESTAMENTO	545	1.6. MÉTODOS DE INTERPRETAÇÃO DA LEI	555
3.2.1. TESTAMENTO CERRADO ...	545	1.7. LIMITES AO VIGOR DA LEI	556
3.2.2. TESTAMENTO PARTICULAR	547	1.7.1. ATO JURÍDICO PERFEITO ...	557
4. LEGADO DE ALIMENTOS	547	1.7.2. DIREITO ADQUIRIDO	557
5. DIREITO DE ACRESCECER	547	1.7.3. COISA JULGADA	558
6. INVENTÁRIO E PARTILHA	548	1.7.3.1. COISA JULGADA INCONSTITUCIONAL (RELATIVIZAÇÃO DA COISA JULGADA)	558
6.1. COLAÇÃO	548	1.8. VIGÊNCIA DA LEI NO ESPAÇO QUANTO AOS BENS	559
6.2. PARTILHA	549	1.9. VIGÊNCIA DA LEI NO ESPAÇO QUANTO AOS FATOS JURÍDICOS ...	559
✦ X. DISPOSIÇÕES FINAIS E TRANSITÓRIAS	549	1.10. VIGÊNCIA DA LEI NO ESPAÇO QUANTO ÀS SUCESSÕES	559
1. REGIME DE BENS DO CÓDIGO DE 1916 E DIVISÃO PATRIMONIAL SOB O CÓDIGO DE 2002	549	1.11. RESTRIÇÕES AOS DIREITOS DE ESTRANGEIROS	560
✦ DICAS	551	✦ PARTE GERAL	560
✦ INTRODUÇÃO AO DIREITO CIVIL..	551	1. DA PESSOA NATURAL	560
1. PARADIGMAS DO CÓDIGO CIVIL BRASILEIRO DE 2002	551	1.1. PERSONALIDADE E CAPACIDADE ...	560
2. SISTEMA ABERTO	551	1.1.1. CAPACIDADE DE DIREITO ...	560
2.1. CLÁUSULAS GERAIS	551	1.1.2. INÍCIO DA PERSONALIDADE E CAPACIDADE CONDICIONADA	560
2.2. CONCEITOS LEGAIS INDETERMINADOS	551	1.1.3. CAPACIDADE DE EXERCÍCIO	560
3. MITIGAÇÃO DA CONCEPÇÃO PRIVATISTA DO DIREITO CIVIL	551	1.1.3.1. INCAPACIDADE ABSOLUTA	560
4. UNIFICAÇÃO DO DIREITO PRIVADO	552	1.1.3.2. INCAPACIDADE RELATIVA	561
5. OBJETO DO DIREITO CIVIL	552	1.1.3.3. CESSAÇÃO DA INCAPACIDADE	561
6. EFICÁCIA HORIZONTAL DOS DIREITOS FUNDAMENTAIS NAS RELAÇÕES PRIVADAS	552	1.2. MORTE PRESUMIDA	562
7. DIÁLOGO DAS FONTES	552	1.3. COMORIÊNCIA	562
✦ LEI DE INTRODUÇÃO ÀS NORMAS DO DIREITO BRASILEIRO	553		
1. LEI DE INTRODUÇÃO	553		
1.1. VIGÊNCIA DA LEI	553		

1.4.	REGISTRO PÚBLICO DAS PESSOAS NATURAIS E AVERBAÇÃO.....	562	4.7.	DISSOLUÇÃO DA PESSOA JURÍDICA.....	568
2.	DIREITOS DA PERSONALIDADE.....	563	4.8.	PROTEÇÃO DOS DIREITOS DA PERSONALIDADE DA PESSOA JURÍDICA.....	568
2.1.	CARACTERÍSTICAS.....	563	5.	SOCIEDADE E ASSOCIAÇÕES CIVIS.....	569
2.1.1.	INTRANSMISSIBILIDADE....	563	6.	FUNDAÇÕES.....	569
2.1.2.	IRRENUNCIABILIDADE.....	563	6.1.	CONCEITO.....	569
2.1.3.	IMPRESCRITIBILIDADE.....	563	6.2.	DESTINAÇÃO.....	569
2.1.4.	INEXPROPRIABILIDADE.....	563	6.3.	ATUAÇÃO DO MINISTÉRIO PÚBLICO	569
2.1.5.	OPONIBILIDADE <i>ERGA OMNES</i>	563	7.	DOMICÍLIO E RESIDÊNCIA	570
2.2.	DIREITO À INTEGRIDADE FÍSICA....	563	7.1.	CONCEITO.....	570
2.3.	DIREITO AO NOME.....	563	7.2.	DOMICÍLIO VOLUNTÁRIO	570
2.4.	DIREITO À IMAGEM E VIDA PRIVADA	564	7.3.	DOMICÍLIO LEGAL.....	570
2.5.	TUTELA PREVENTIVA E REPRESSIVA DOS DIREITOS DA PERSONALIDADE.....	564	7.4.	DOMICÍLIO CONVENCIONAL.....	570
3.	AUSÊNCIA	564	8.	DOS BENS	570
3.1.	CONCEITO.....	564	8.1.	CONCEITO.....	570
3.2.	REQUISITOS	564	8.2.	CLASSIFICAÇÃO	570
3.2.1.	CURADOR	564	8.2.1.	DOS BENS CONSIDERADOS EM SI MESMOS	570
3.3.	SUCCESSÃO PROVISÓRIA	565	8.2.1.1.	DOS BENS IMÓVEIS.....	570
3.4.	CESSAÇÃO DA AUSÊNCIA.....	565	8.2.1.2.	DOS BENS MÓVEIS.....	571
3.5.	SUCCESSÃO DEFINITIVA	565	8.2.1.3.	BENS FUNGÍVEIS E CONSUMÍVEIS	571
3.6.	APARECIMENTO DO AUSENTE APÓS A SUCESSÃO DEFINITIVA.....	565	8.2.1.4.	BENS DIVISÍVEIS E INDIVISÍVEIS.....	571
3.7.	VACÂNCIA DA HERANÇA DO AUSENTE	565	8.2.1.5.	BENS SINGULARES E COLETIVOS.....	571
4.	PESSOA JURÍDICA.....	565	8.2.2.	DOS BENS RECIPROCAMENTE CONSIDERADOS....	572
4.1.	TEORIAS SOBRE SUA NATUREZA JURÍDICA.....	566	8.2.2.1.	PRINCIPAL, ACESÓRIO E PERTENÇA.....	572
4.2.	CLASSIFICAÇÃO DAS PESSOAS JURÍDICAS.....	566	8.2.2.2.	PERTENÇAS	572
4.3.	REGISTRO DAS PESSOAS JURÍDICAS.....	566	8.2.2.3.	FRUTOS E PRODUTOS	572
4.3.1.	ELEMENTOS DO REGISTRO	566	8.2.2.4.	BENFEITORIAS.....	572
4.4.	RESPONSABILIDADE DA PESSOA JURÍDICA POR ATOS DE SEUS ADMINISTRADORES.....	566	8.2.3.	DOS BENS PÚBLICOS.....	572
4.5.	ADMINISTRAÇÃO DA PESSOA JURÍDICA.....	567	9.	DOS FATOS JURÍDICOS	573
4.6.	DESCONSIDERAÇÃO DA PERSONALIDADE JURÍDICA.....	567	9.1.	TEORIA DO NEGÓCIO JURÍDICO E SUA DISTINÇÃO COM OS ATOS JURÍDICOS <i>STRICTO SENSU</i> (ART. 185) ...	573
4.6.1.	DESVIO DE FINALIDADE	567	9.1.1.	FATO JURÍDICO	573
4.6.2.	CONFUSÃO PATRIMONIAL ..	568	9.1.1.1.	FATO JURÍDICO NATURAL OU EM SENTIDO ESTRITO.....	573
4.6.3.	CONSEQUÊNCIAS	568	9.1.1.2.	ATO JURÍDICO	573
4.6.4.	TEORIAS MAIOR E MENOR NA DESCONSIDERAÇÃO DA PERSONALIDADE JURÍDICA	568			

9.2. CLASSIFICAÇÃO DOS NEGÓCIOS JURÍDICOS.....	574	11.2.1.6.RESTITUIÇÃO DO STATUS ANTERIOR...	583
9.3. REQUISITOS DE VALIDADE DO NEGÓCIO JURÍDICO	574	11.2.1.7. INVALIDADE PARCIAL	584
9.3.1. PLANO DE EXISTÊNCIA	574	12. PROVA DOS NEGÓCIOS JURÍDICOS.....	584
9.3.2. PLANO DE VALIDADE.....	575	12.1. PRESUNÇÃO	584
9.3.2.1. RESERVA MENTAL ..	575	13. ATOS ILÍCITOS.....	584
9.3.3. PLANO DE EFICÁCIA.....	575	13.1. ELEMENTOS DA RESPONSABILIDADE CIVIL.....	584
9.3.3.1. CONDIÇÃO	576	13.1.1. ATO ILÍCITO	584
9.3.3.2. TERMO.....	576	13.1.2. PREJUÍZO	584
9.4. INTERPRETAÇÃO DOS NEGÓCIOS JURÍDICOS.....	577	13.1.3. NEXO DE CAUSALIDADE....	585
9.5. REPRESENTAÇÃO.....	577	13.2. ABUSO DE DIREITO	585
9.5.1. PROIBIÇÃO DO NEGÓCIO CONSIGO MESMO	577	13.3. DANO MORAL.....	586
10. DEFEITOS DO NEGÓCIO JURÍDICO	578	13.4. EXCLUDENTES DA RESPONSABILIDADE CIVIL.....	586
10.1. DO ERRO OU IGNORÂNCIA.....	578	13.4.1. NA RESPONSABILIDADE SUBJETIVA	586
10.1.1. FALSO MOTIVO.....	579	13.4.2. NA RESPONSABILIDADE OBJETIVA.....	587
10.2. DOLO.....	579	14. PRESCRIÇÃO E DECADÊNCIA	587
10.3. COAÇÃO	580	14.1. DIFERENCIAÇÃO (ART. 189).....	587
10.3.1. COAÇÃO EXERCIDA POR TERCEIRO	580	14.1.1. DIFERENÇAS ENTRE PRESCRIÇÃO E DECADÊNCIA QUANTO AOS EFEITOS	588
10.4. ESTADO DE PERIGO.....	580	14.1.2. DECADÊNCIA CONVENCIONAL	588
10.5. LESÃO	580	14.2. PRESCRIÇÃO DA PRETENSÃO E DA EXCEÇÃO.....	588
10.5.1. NO CÓDIGO CIVIL.....	580	14.3. REGRA DE TRANSIÇÃO PARA OS NOVOS PRAZOS	588
10.5.2. NO CÓDIGO DE DEFESA DO CONSUMIDOR.....	580	14.4. CAUSAS DE SUSPENSÃO E INTERRUPTÃO DA PRESCRIÇÃO	589
10.6. FRAUDE CONTRA CREDITORES.....	581	14.4.1. CAUSAS QUE <i>IMPEDEM</i> OU <i>SUSPENDEM</i> A PRESCRIÇÃO.....	589
10.6.1. AÇÃO PAULIANA.....	581	14.4.2. CAUSAS QUE <i>INTERROMPEM</i> A PRESCRIÇÃO	589
10.6.2. CONCURSO DE CREDITORES.....	581	14.4.2.1.LEGITIMADOS À INTERRUPTÃO DA PRESCRIÇÃO	590
11. INVALIDADE DO NEGÓCIO JURÍDICO	582	14.5. PRAZOS DE PRESCRIÇÃO E DECADÊNCIA	590
11.1. CASOS DE NULIDADE	582		
11.1.1. SIMULAÇÃO	582	✦ DIREITO DAS OBRIGAÇÕES.....	590
11.1.2. EFEITOS DA NULIDADE	582		
11.2. CASOS DE ANULABILIDADE	583	✦ TEORIA GERAL DOS CONTRATOS	633
11.2.1. EFEITOS DA ANULABILIDADE (ARTS. 173 A 184)	583		
11.2.1.1. CONFIRMAÇÃO DO NEGÓCIO ANULÁVEL	583	✦ DIREITO DAS COISAS	689
11.2.1.2.CUMPRIMENTO DO NEGÓCIO ANULÁVEL	583	1. CONCEITO	689
11.2.1.3.AUTORIZAÇÃO DE TERCEIRO	583		
11.2.1.4.DECADÊNCIA.....	583		
11.2.1.5.MENOR QUE OCULTA ESSA CONDIÇÃO	583		

2.	POSSE.....	690	4.5.	DELIMITAÇÃO DO DIREITO DE PROPRIEDADE	696
2.1.	TEORIAS SOBRE A POSSE.....	690	4.5.1.	DIREITO AOS FRUTOS E PRODUTOS.....	697
2.1.1.	TEORIA SUBJETIVA.....	690	4.5.2.	DESCOBERTA.....	697
2.1.2.	TEORIA OBJETIVA.....	690	4.6.	LIMITAÇÕES AO DIREITO DE PROPRIEDADE	697
2.1.3.	A TEORIA DE SALEILLES.....	690	4.6.1.	PRINCÍPIO DA FUNÇÃO SOCIAL DA PROPRIEDADE E LIMITAÇÕES AO EXERCÍCIO DO DIREITO DE PROPRIEDADE.....	697
2.2.	LOCALIZAÇÃO TÓPICA DA POSSE	691	4.6.2.	ELEMENTOS DA FUNÇÃO SOCIAL DA PROPRIEDADE RURAL.....	697
2.3.	CLASSIFICAÇÕES DA POSSE	691	4.6.3.	ELEMENTOS DA FUNÇÃO SOCIAL DA PROPRIEDADE URBANA.....	698
2.4.	MANUTENÇÃO DOS CARACTERES DA POSSE.....	691	4.6.4.	LIMITAÇÕES AO EXERCÍCIO DO DIREITO DE PROPRIEDADE NO CÓDIGO CIVIL	698
2.5.	AQUISIÇÃO DA POSSE.....	692	4.6.4.1.	A CHAMADA DE-SAPROPRIAÇÃO JUDICIAL (ART. 1.228, §§ 4.º E 5.º)...	699
2.5.1.	AQUISIÇÃO DA POSSE QUANTO À ORIGEM.....	692	4.6.5.	OUTRAS LIMITAÇÕES.....	699
2.5.2.	TRANSMISSÃO DA POSSE...	692	4.7.	AQUISIÇÃO DA PROPRIEDADE	699
2.5.3.	ACESSIO POSSESSIONIS	692	4.7.1.	AQUISIÇÃO DA PROPRIEDADE IMÓVEL	700
2.5.4.	ATOS DE MERA TOLERÂNCIA E PRESUNÇÃO DE POSSE DAS COISAS MÓVEIS	692	4.7.1.1.	USUCAPIÃO.....	700
2.6.	EFEITOS DA POSSE.....	693	4.7.1.2.	CONCEITO.....	700
2.6.1.	DIREITO AOS INTERDITOS POSSESSÓRIOS.....	693	4.7.1.3.	NATUREZA.....	700
2.6.1.1.	ALEGAÇÃO DE DOMÍNIO NA PENDÊNCIA DO PROCESSO POSSESSÓRIO	693	4.7.1.4.	EXTENSÃO	700
2.6.2.	DIREITO AOS FRUTOS.....	693	4.7.1.5.	ESPÉCIES DE USUCAPIÃO	700
2.6.3.	PERDA OU DETERIORAÇÃO DA COISA.....	694	4.7.1.6.	APLICAÇÃO DE INSTITUTOS DA PRESCRIÇÃO EXTINTIVA.....	702
2.6.4.	DIREITO ÀS BENFEITÓRIAS	694	4.7.1.7.	EFICÁCIA DA SENTENÇA	702
2.6.4.1.	NOÇÕES.....	694	4.7.1.8.	ACESSIO POSSESSIONIS	703
2.6.4.2.	POSSUIDOR DE BOA-FÉ.....	694	4.7.2.	AQUISIÇÃO PELO REGISTRO DO TÍTULO.....	703
2.6.4.3.	POSSUIDOR DE MÁ-FÉ	694	4.7.3.	AQUISIÇÃO POR ACES-SÃO.....	703
2.7.	PERDA DA POSSE.....	694	4.7.3.1.	CONCEITO.....	703
3.	DIREITOS REAIS.....	694	4.7.3.2.	DA FORMAÇÃO DE ILHA.....	704
4.	PROPRIEDADE	695	4.7.3.3.	ALUVIÃO.....	704
4.1.	BREVE HISTÓRICO DA PROPRIEDADE.....	695			
4.1.1.	CONCEPÇÃO CONFLITUOSA	695			
4.1.2.	CONCEPÇÃO ABSOLUTISTA.....	695			
4.1.3.	CONCEPÇÃO RELATIVISTA – FUNÇÃO SOCIAL DA PROPRIEDADE.....	695			
4.2.	CONCEITO.....	696			
4.3.	PROPRIEDADE E DOMÍNIO.....	696			
4.4.	ELEMENTOS.....	696			

4.7.3.4. AVULSÃO.....	704	5.6.6. DIREITO DE AQUEDUTO OU <i>SERVIDÃO LEGAL DE</i> <i>AQUEDUTO</i>	710
4.7.3.5. ABANDONO DE ÁLVEO.....	704	5.6.7. LIMITES ENTRE PRÉDIOS E DIREITO DE TAPAGEM.....	710
4.7.3.6. DAS CONSTRU- ÇÕES E PLANTA- ÇÕES	704	5.6.8. DIREITO DE CONSTRUIR	710
4.8. AQUISIÇÃO DA PROPRIEDADE MÓVEL	706	6. CONDOMÍNIO.....	711
4.8.1. USUCAPIÃO.....	706	6.1. CONCEITO.....	711
4.8.2. OCUPAÇÃO.....	706	6.2. DOS DIREITOS E DEVERES DOS CONDÔMINOS.....	711
4.8.3. ACHADO DO TESOURO.....	706	6.3. ADMINISTRAÇÃO DO CONDOMÍ- NIO.....	711
4.8.4. TRADIÇÃO	706	6.4. CONDOMÍNIO NECESSÁRIO	711
4.8.4.1. CONSTITUTO POS- SESSÓRIO	706	6.5. CONDOMÍNIO EDILÍCIO	712
4.8.4.2. ALIENAÇÃO DE COISA SOB PODER DE TERCEIRO	706	7. PROPRIEDADE RESOLÚVEL	712
4.8.4.3. <i>TRADITIO BREVI</i> <i>MANU</i>	706	7.1. CONCEITO.....	712
4.8.5. ESPECIFICAÇÃO.....	706	7.2. HIPÓTESES	712
4.8.6. CONFUSÃO, COMISTÃO E ADJUNÇÃO.....	707	7.2.1. PROPRIEDADE RESOLÚVEL ..	712
4.8.6.1. CONFUSÃO, CO- MISTÃO OU AD- JUNÇÃO DE MÁ- -FÉ	707	7.2.2. PROPRIEDADE <i>AD TEMPUS</i> ..	712
4.8.6.2. FORMAÇÃO DE ESPÉCIE NOVA.....	707	8. PROPRIEDADE FIDUCIÁRIA.....	713
4.9. PERDA DA PROPRIEDADE	707	8.1. CONCEITO.....	713
5. DIREITOS DE VIZINHANÇA.....	708	8.2. REQUISITOS	713
5.1. NATUREZA JURÍDICA.....	708	8.3. DESDOBRAMENTO DA POSSE	713
5.2. USO ANORMAL DA PROPRIEDA- DE.....	708	8.4. VENCIMENTO DA DÍVIDA.....	713
5.2.1. INTERFERÊNCIA DETER- MINADA PELO INTERESSE PÚBLICO	709	9. DIREITOS REAIS SOBRE COISAS ALHEIAS....	713
5.2.2. AÇÃO DEMOLITÓRIA E AÇÃO DE DANO INFECTO ...	709	9.1. FORMA DE CONSTITUIÇÃO	714
5.3. ÁRVORES LIMÍTROFES.....	709	9.2. DIREITO DE SUPERFÍCIE.....	714
5.4. PASSAGEM FORÇADA.....	709	9.2.1. DIREITOS E DEVERES DO SUPERFICIÁRIO	714
5.5. PASSAGEM DE CABOS E TUBULA- ÇÕES	709	9.2.2. EXTINÇÃO DO DIREITO DE SUPERFÍCIE	714
5.6. ÁGUAS.....	710	9.2.3. CONSTITUIÇÃO DE DIREI- TO DE SUPERFÍCIE POR PESSOA JURÍDICA DE DI- REITO PÚBLICO INTERNO...	715
5.6.1. ÁGUAS NATURAIS.....	710	9.3. SERVIDÕES	715
5.6.2. ÁGUAS ARTIFICIAIS.....	710	9.3.1. CONCEITO.....	715
5.6.3. ÁGUAS PLUVIAIS E DE NASCENTE	710	9.3.2. CARACTERÍSTICAS	715
5.6.4. POLUIÇÃO DE ÁGUAS.....	710	9.3.3. FORMAS DE CONSTITUI- ÇÃO	715
5.6.5. BARRAGENS, AÇUDES E REPRESAMENTO DE ÁGUA	710	9.3.4. CLASSIFICAÇÃO	716
		9.3.5. EXERCÍCIO DAS SERVI- DÕES	716
		9.3.5.1. DIREITO DE CON- SERVAÇÃO	716
		9.3.5.2. LIVRE EXERCÍCIO DA <i>SERVIDÃO</i>	716
		9.3.5.3. REMOÇÃO DA <i>SERVIDÃO</i>	716

9.3.5.4. RESTRIÇÃO AO EXERCÍCIO DA SERVIDÃO	717	9.5.1. CONCEITO.....	720
9.3.6. EXTINÇÃO DAS SERVI- DÕES.....	717	9.5.2. REGRAS.....	720
9.3.6.1. REGRA GERAL	717	9.6. HABITAÇÃO.....	720
9.3.6.2. CANCELAMENTO JUDICIAL	717	9.6.1. CONCEITO.....	720
9.3.6.3. EXTINÇÃO PELO NÃO USO, CONFU- SÃO OU CONTRA- TO	717	9.7. DIREITO REAL DE AQUISIÇÃO – DI- REITO DO PROMITENTE COMPRA- DOR	721
9.4. USUFRUTO	717	9.7.1. CONCEITO.....	721
9.4.1. CONCEITO.....	717	9.7.2. REGRAS.....	722
9.4.1.1. DISTINÇÃO COM OUTROS INSTITU- TOS	718	9.8. DIREITOS REAIS DE GARANTIA.....	722
9.4.2. DIREITOS DO USUFRU- TUÁRIO.....	718	9.8.1. CONCEITO.....	722
9.4.2.1. REGRA GERAL	718	9.8.2. PRINCÍPIOS.....	723
9.4.2.2. DIREITO AOS FRU- TOS	718	9.8.2.1. VINCULAÇÃO DO BEM DADO EM GARANTIA	723
9.4.2.3. DIREITO DE AR- RENDAR/PROIBI- ÇÃO DE MODIFI- CAÇÃO DA DES- TINAÇÃO ECONÔ- MICA	718	9.8.2.2. CAPACIDADE DO SUJEITO E IDONEI- DADE DO OBJETO..	723
9.4.2.4. DIREITO DE ACRESCER.....	718	9.8.2.3. ACESSORIEDADE..	724
9.4.3. DEVERES DO USUFRU- TUÁRIO.....	719	9.8.2.4. DIREITO DE PRE- FERÊNCIA OU PRIORIDADE	724
9.4.3.1. DEVER DE CON- SERVAÇÃO	719	9.8.2.5. DIREITO DE SE- QUELA.....	724
9.4.3.2. REPARAÇÕES EX- TRAORDINÁRIAS...	719	9.8.2.6. INDIVISIBILIDADE DA GARANTIA	724
9.4.3.3. USUFRUTO DE PA- TRIMÔNIO.....	719	9.8.2.7. VENCIMENTO AN- TECIPADO DA DÍVI- DA GARANTIDA.....	725
9.4.3.4. DEVER DE CIÊNCIA QUANTO ÀS LE- SÕES.....	719	9.8.2.8. TRANSITORIEDA- DE.....	725
9.4.3.5. PAGAMENTO DO SEGURO	719	9.8.3. DISPOSIÇÕES GERAIS	725
9.4.3.6. DESTRUIÇÃO DE EDIFÍCIO SUJEITO A SEGURO.....	719	9.8.3.1. PRAZO MÁXIMO DO DIREITO DE RETENÇÃO DO CREDOR ANTICRÉ- TICO.....	725
9.4.3.7. DESAPROPRIA- ÇÃO DO PRÉDIO SUJEITO A USU- FRUTO	719	9.8.3.2. REQUISITOS DE EFICÁCIA DO CONTRATO CONS- TITUTIVO DA GA- RANTIA.....	725
9.4.4. ESPÉCIES DE USUFRUTO....	719	9.8.3.3. GARANTIA PRES- TADA POR TERCEI- RO.....	725
9.4.5. EXTINÇÃO DO USUFRUTO...	720	9.8.3.4. PROIBIÇÃO DO PACTO COMISSÓ- RIO	725
9.5. USO	720	9.8.3.5. CARÁTER QUI- ROGRAFÁRIO DO SALDO REMANES- CENTE	726
		9.8.4. PENHOR.....	726

9.8.4.1. PENHOR EM GERAL.....	726	2.6. PRINCÍPIO DA NÃO INTERVENÇÃO OU DA LIBERDADE (ARTIGOS 1.513 E 1.565, § 2º, CC)	734
9.8.4.2. PENHORES ESPECIAIS.....	728	2.7. PRINCÍPIO DO MAIOR INTERESSE DA CRIANÇA (ART. 227, <i>CAPUT</i> , DA CF/88 E ARTS. 1.583 E 1.584 DO CC)	734
9.8.4.3. PENHOR LEGAL	729	2.8. PRINCÍPIO DA AFETIVIDADE – MESMO NÃO CONSTANDO A EXPRESSÃO AFETO NO TEXTO MAIOR, PODEMOS AFIRMAR QUE O MESMO DECORRE DA VALORIZAÇÃO CONSTANTE DA DIGNIDADE HUMANA.....	734
9.8.5. HIPOTECA	729	2.9. PRINCÍPIO DA FUNÇÃO SOCIAL DA FAMÍLIA (ART. 226, <i>CAPUT</i> , CF)	735
9.8.5.1. CONCEITO.....	729	3. CASAMENTO	735
9.8.5.2. CLASSIFICAÇÃO DA HIPOTECA.....	730	3.1. CONCEITO DE CASAMENTO	735
9.8.5.3. PRINCÍPIOS	730	3.2. NATUREZA JURÍDICA.....	735
9.8.5.4. REGRAS.....	730	3.3. PRINCÍPIOS DO CASAMENTO	735
9.8.5.5. HIPOTECA LEGAL..	731	3.4. ESPONSAIS, PROMESSA DE CASAMENTO OU NOIVADO.....	736
9.8.5.6. REGISTRO DA HIPOTECA.....	731	3.5. PROCESSO DE HABILITAÇÃO PARA O CASAMENTO.....	736
9.8.5.7. EXTINÇÃO DA HIPOTECA.....	732	3.6. IMPEDIMENTOS	736
9.8.5.8. HIPOTECA DE VIAS FÉRREAS.....	732	3.7. OPOSIÇÃO DOS IMPEDIMENTOS E DAS CAUSAS SUSPENSIVAS	738
9.8.6. ANTICRESE.....	732	3.8. CELEBRAÇÃO DO CASAMENTO	738
9.8.6.1. CONCEITO.....	732	3.9. CASAMENTOS ESPECIAIS.....	739
9.8.6.2. DIREITOS DO CRE-DOR ANTICRÉTICO.....	732	3.9.1. CASAMENTO NUNCIPATIVO.....	739
9.8.6.3. DEVERES DO CRE-DOR ANTICRÉTICO.....	732	3.9.2. CASAMENTO RELIGIOSO COM EFEITOS CIVIS.....	739
9.8.6.4. AQUISIÇÃO DE IMÓVEL OBJETO DE ANTICRESE.....	732	3.9.3. CASAMENTO PERANTE AUTORIDADE DIPLOMÁTICA OU CONSULAR.....	739
9.9. LAJE.....	733	3.10. DEFEITOS DO CASAMENTO	739
★ DIREITO DE FAMÍLIA	733	3.10.1. CASAMENTO INEXISTENTE	739
1. AS VÁRIAS FAMÍLIAS.....	733	3.10.2. CASAMENTO ANULÁVEL... ..	739
2. PRINCÍPIOS DO DIREITO DE FAMÍLIA	733	3.10.3. CASAMENTO NULO	741
2.1. PRINCÍPIO DE PROTEÇÃO DA DIGNIDADE DA PESSOA HUMANA – ARTIGO 1º, III, DA CF	733	3.10.4. EFEITOS DA INVALIDADE... ..	741
2.2. PRINCÍPIO DA SOLIDARIEDADE FAMILIAR (ARTIGO 3º, I, DA CF)	733	3.10.5. CASAMENTO IRREGULAR.. ..	741
2.3. PRINCÍPIO DA IGUALDADE ENTRE FILHOS (ART. 227, § 6º, DA CF E ART. 1.596, CC)	733	3.11. EFEITOS JURÍDICOS DO CASAMENTO	741
2.4. PRINCÍPIO DA IGUALDADE ENTRE CÔNJUGES E COMPANHEIROS – ART. 226, § 5º, DA CF/88 E ART. 1.511 DO CC	734	4. REGIME DE BENS	742
2.5. PRINCÍPIO DA IGUALDADE NA CHEFIA FAMILIAR (ARTS. 1.566, III E IV, 1.631 E 1.634 DO CC E ARTS. 226, § 5º E 227, § 7º, DA CF)	734	4.1. COMUNHÃO PARCIAL	742
		4.2. COMUNHÃO UNIVERSAL	742
		4.3. PARTICIPAÇÃO FINAL NOS AQUESTOS	742
		4.4. SEPARAÇÃO TOTAL DE BENS.....	743

4.4.1. SEPARAÇÃO OBRIGATÓRIA DE BENS	743	8.5.1. REQUISITOS GERAIS DE EXISTÊNCIA DO DIREITO SUCESSÓRIO DO CÔNJUGE OU COMPANHEIRO	753
5. DISSOLUÇÃO DA SOCIEDADE E DO VÍNCULO CONJUGAL	743	8.5.2. CONCORRÊNCIA DO CÔNJUGE OU COMPANHEIRO SOBREVIVENTE COM OS DESCENDENTES	753
5.1. DIFERENÇAS ENTRE SEPARAÇÃO E DIVÓRCIO	743	8.5.3. CONCORRÊNCIA DO CÔNJUGE SOBREVIVENTE COM OS ASCENDENTES	754
6. UNIÃO ESTÁVEL	743	8.5.4. CÔNJUGE SOBREVIVENTE COMO HERDEIRO ÚNICO ..	754
7. RELAÇÕES DE PARENTESCO	744	8.5.5. DIREITO REAL DE HABITAÇÃO	754
7.1. GRAUS DE PARENTESCO	744	8.5.6. DIREITO DE REPRESENTAÇÃO	754
7.2. FILIAÇÃO	744	8.6. HERDEIROS NECESSÁRIOS	755
7.2.1. ADOÇÃO	744	9. SUCESSÃO TESTAMENTÁRIA	755
7.3. PODER FAMILIAR	745	9.1. CONCEITO E FUNDAMENTO DA SUCESSÃO TESTAMENTÁRIA	755
8. ALIMENTOS	745	9.2. FORMAS DE TESTAMENTO	755
9. BEM DE FAMÍLIA	746	9.2.1. FORMAS ORDINÁRIAS	755
10. TUTELA	747	9.2.2. FORMAS ESPECIAIS DE TESTAMENTO	756
10.1. CONCEITO	747	9.3. CODICILO	756
10.2. ESPÉCIES	747	9.4. REVOGAÇÃO E ROMPIMENTO DO TESTAMENTO	756
10.3. IMPEDIMENTOS	747		
11. CURATELA	748		
★ DIREITO DAS SUCESSÕES	748		
1. CONCEITO DE DIREITO DAS SUCESSÕES ..	748		
2. CONCEITO E ESPÉCIES DE SUCESSÃO	748		
3. MOMENTO DA ABERTURA DA SUCESSÃO ..	749		
4. MODOS DE SUCESSÃO CAUSA MORTIS	749		
4.1. SUCESSÃO UNIVERSAL	749		
4.2. SUCESSÃO SINGULAR	749		
4.3. SUCESSÃO LEGÍTIMA	749		
4.4. SUCESSÃO TESTAMENTÁRIA	749		
5. ESPÉCIES DE SUCESSORES	750		
6. A HERANÇA	750		
6.1. CESSÃO DE DIREITOS HEREDITÁRIOS	750		
7. VOCAÇÃO HEREDITÁRIA	751		
7.1. EXCLUÍDOS DA SUCESSÃO.	751		
7.2. HERANÇA JACENTE E HERANÇA VACANTE	751		
8. SUCESSÃO LEGÍTIMA	752		
8.1. ORDEM DA VOCAÇÃO HEREDITÁRIA E A SUCESSÃO DOS DESCENDENTES, ASCENDENTES E DOS COLATERAIS	752		
8.2. SUCESSÃO DOS DESCENDENTES DO DE CUJUS NÃO CASADO	752		
8.3. SUCESSÃO DOS ASCENDENTES DO DE CUJUS NÃO CASADO	752		
8.4. SUCESSÃO DOS COLATERAIS DO DE CUJUS NÃO CASADO	752		
8.5. SUCESSÃO DO CÔNJUGE OU COMPANHEIRO SOBREVIVENTE	753		
		DIREITO CONSTITUCIONAL	759
		Paulo Lé pore	
		TABELA DE INCIDÊNCIA DE QUESTÕES	759
		★ QUESTÕES	761
		1. CONSTITUIÇÃO. CONCEITO. CLASSIFICAÇÃO. APLICABILIDADE E INTERPRETAÇÃO DAS NORMAS CONSTITUCIONAIS. SUPREMACIA DA CONSTITUIÇÃO	761
		2. PODER CONSTITUINTE. CONCEITO, FINALIDADE, TITULARIDADE E ESPÉCIES. REFORMA DA CONSTITUIÇÃO. CLÁUSULAS PÉTREAS	771
		3. PRINCÍPIOS FUNDAMENTAIS DA CONSTITUIÇÃO BRASILEIRA	775
		4. DIREITOS E GARANTIAS FUNDAMENTAIS ...	777
		4.1. DIREITOS E DEVERES INDIVIDUAIS E COLETIVOS	790
		4.2. AÇÕES OU REMÉDIOS CONSTITUCIONAIS	795
		4.3. DIREITOS DA NACIONALIDADE	799

4.4. DIREITOS POLÍTICOS E SISTEMAS ELEITORAIS	800	1. TEORIA DA CONSTITUIÇÃO	853
5. ORGANIZAÇÃO DO ESTADO	801	1.1. CONCEITO DE DIREITO CONSTITUCIONAL	853
5.1. ORGANIZAÇÃO POLÍTICO-ADMINISTRATIVA.....	802	1.2. OBJETO DO DIREITO CONSTITUCIONAL	853
5.2. ENTES FEDERADOS E DISTRIBUIÇÃO DE COMPETÊNCIAS.....	803	1.3. FORMAÇÃO DO DIREITO CONSTITUCIONAL	853
5.3. ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA.....	807	1.4. CONSTITUCIONALISMO	853
5.3.1. PRINCÍPIOS CONSTITUCIONAIS DA ORGANIZAÇÃO DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA.....	809	1.4.1. CONCEITO.....	853
5.3.2. DIREITOS DO SERVIDOR. REMUNERAÇÃO, CUMULAÇÃO DE CARGOS E GREVE.....	810	1.4.2. ETAPAS OU CICLOS CONSTITUCIONAIS	853
5.3.3. RESPONSABILIDADE EXTRACONTRATUAL DO ESTADO.....	811	1.4.2.1. CONSTITUCIONALISMO PRIMITIVO (APROXIMADAMENTE DE 30.000 A.C. ATÉ 1.000 A.C.)..	853
5.4. SEPARAÇÃO DOS PODERES.....	811	1.4.2.2. CONSTITUCIONALISMO ANTIGO (APROXIMADAMENTE DE 1.000 A.C. AO SÉC. V D.C.)..	853
5.4.1. PODER LEGISLATIVO.....	811	1.4.2.3. CONSTITUCIONALISMO MEDIEVAL (SÉC. V A XVIII)	853
5.4.1.1. PROCESSO LEGISLATIVO	815	1.4.2.4. CONSTITUCIONALISMO MODERNO (SÉC. XVIII A SÉC. XX)	853
5.4.1.2. FISCALIZAÇÃO CONTÁBIL, FINANCEIRA E ORÇAMENTÁRIA.....	820	1.4.2.5. CONSTITUCIONALISMO CONTEMPORÂNEO (SÉC. XX A SÉC. XXI)	854
5.4.2. PODER EXECUTIVO	821	1.4.2.6. NEOCONSTITUCIONALISMO (SÉC. XX E SÉC. XXI)	854
5.4.3. PODER JUDICIÁRIO.....	822	1.5. OUTROS MODELOS DE CONSTITUCIONALISMO	854
5.4.4. CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA	823	1.5.1. CONSTITUCIONALISMO SOCIAL	854
5.4.5. SÚMULA VINCULANTE.....	823	1.5.2. CONSTITUCIONALISMO TRANSNACIONAL.....	855
5.5. FUNÇÕES ESSENCIAIS À JUSTIÇA..	824	1.5.3. CONSTITUCIONALISMO GLOBAL.....	855
6. CONTROLE DE CONSTITUCIONALIDADE. SISTEMAS DE CONTROLE DE CONSTITUCIONALIDADE.....	830	1.5.4. TRANSCONSTITUCIONALISMO	855
6.1. CONTROLE DIFUSO	831	1.5.5. CONSTITUCIONALISMO POPULAR.....	855
6.2. CONTROLE CONCENTRADO. AÇÃO DIRETA DE INCONSTITUCIONALIDADE. AÇÃO DECLARATÓRIA DE CONSTITUCIONALIDADE. ARGUIÇÃO DE DESCUMPRIMENTO DE PRECEITO FUNDAMENTAL	833	1.5.6. CONSTITUCIONALISMO DEMOCRÁTICO	855
7. DEFESA DO ESTADO E DAS INSTITUIÇÕES DEMOCRÁTICAS	838	1.6. PÓS-POSITIVISMO.....	855
8. TRIBUTAÇÃO E ORÇAMENTO.....	840	1.7. NEOPOSITIVISMO.....	855
9. ORDEM ECONÔMICA E FINANCEIRA	840	1.8. CONCEPÇÕES DE CONSTITUIÇÃO...	855
10. ORDEM SOCIAL.....	845	1.9. SUPREMACIA CONSTITUCIONAL...	856
11. DISPOSIÇÕES CONSTITUCIONAIS GERAIS...	852		
★ DICAS	853		

1.10. CLASSIFICAÇÃO OU TIPOLOGIA DAS CONSTITUIÇÕES	856	1.25. CONSTITUIÇÃO, COSMOPOLITISMO E ESTADO CONSTITUCIONAL COOPERATIVO	862
1.10.1. QUANTO À ORIGEM.....	856	1.26. FILOSOFIA CONSTITUCIONAL	863
1.10.2. QUANTO AO CONTEÚDO..	856	1.27. TEORIAS DO DISCURSO E DA ARGUMENTAÇÃO.....	863
1.10.3. QUANTO À FORMA	856	2. PODER CONSTITUINTE E DIREITO CONSTITUCIONAL INTERTEMPORAL	864
1.10.4. QUANTO À ESTABILIDADE	857	2.1. PODER CONSTITUINTE	864
1.10.5. QUANTO À EXTENSÃO	857	2.1.1. ESPÉCIES DE PODER CONSTITUINTE	864
1.10.6. QUANTO À FINALIDADE	857	2.1.2. LIMITAÇÕES AO PODER CONSTITUINTE DERIVADO	864
1.10.7. QUANTO AO MODO DE ELABORAÇÃO	857	2.1.3. REVISÃO CONSTITUCIONAL	865
1.10.8. QUANTO À IDEOLOGIA.....	857	2.1.4. MUTAÇÃO CONSTITUCIONAL	865
1.10.9. QUANTO AO VALOR OU ONTOLOGIA (KARL LOEWENSTEIN)	857	2.2. DIREITO CONSTITUCIONAL INTERTEMPORAL	866
1.11. COMPONENTES DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL DE 1988.....	858	3. PRINCÍPIOS FUNDAMENTAIS	867
1.12. ELEMENTOS DAS CONSTITUIÇÕES	858	3.1. FUNDAMENTOS DA REPÚBLICA	867
1.13. BLOCO DE CONSTITUCIONALIDADE	858	3.2. FEDERALISMO.....	867
1.14. CONVENÇÕES CONSTITUCIONAIS ...	858	3.3. PRINCÍPIO DEMOCRÁTICO	868
1.15. NORMAS, POSTULADOS NORMATIVOS, PRINCÍPIO E REGRAS	859	3.4. PODERES DA UNIÃO	868
1.16. COLISÃO DE DIREITOS FUNDAMENTAIS.....	859	3.5. OBJETIVOS FUNDAMENTAIS	868
1.17. EXISTÊNCIA, VALIDADE E EFICÁCIA DAS NORMAS CONSTITUCIONAIS.....	859	3.6. RELAÇÕES INTERNACIONAIS	868
1.18. CLASSIFICAÇÃO DAS NORMAS CONSTITUCIONAIS QUANTO À EFICÁCIA	859	3.7. PRECEITOS FUNDAMENTAIS.....	868
1.19. CLASSIFICAÇÃO DAS NORMAS MATERIALMENTE CONSTITUCIONAIS (SEGUNDO LUÍS ROBERTO BARROSO).....	860	4. DIREITOS E GARANTIAS FUNDAMENTAIS....	868
1.20. EFICÁCIA DOS PRINCÍPIOS CONSTITUCIONAIS (SEGUNDO LUÍS ROBERTO BARROSO).....	860	4.1. TEORIA GERAL	868
1.21. MÉTODOS DE INTERPRETAÇÃO CONSTITUCIONAL	860	4.2. DIREITOS E DEVERES INDIVIDUAIS E COLETIVOS	873
1.22. LEITURA MORAL DA CONSTITUIÇÃO	861	4.3. AÇÕES OU REMÉDIOS CONSTITUCIONAIS.....	890
1.23. PRINCÍPIOS DE INTERPRETAÇÃO CONSTITUCIONAL	861	4.3.1. <i>HABEAS CORPUS</i>	890
1.23.1. PRINCÍPIOS ENUNCIADOS POR CANOTILHO	861	4.3.2. MANDADO DE SEGURANÇA.....	891
1.23.2. OUTROS PRINCÍPIOS.....	862	4.3.3. MANDADO DE SEGURANÇA COLETIVO.....	892
1.24. CLASSIFICAÇÃO DOS PRINCÍPIOS CONSTITUCIONAIS SEGUNDO JOSÉ AFONSO DA SILVA.....	862	4.3.4. <i>HABEAS DATA</i>	893
		4.3.5. MANDADO DE INJUNÇÃO ..	894
		4.3.6. AÇÃO POPULAR	895
		5. DIREITOS SOCIAIS	897
		5.1. TEORIA GERAL	897
		5.2. TRABALHADOR DOMÉSTICO	898
		6. DIREITOS DA NACIONALIDADE.....	899
		6.1. BRASILEIROS NATOS	900
		6.2. BRASILEIROS NATURALIZADOS.....	900
		6.3. CARGOS PRIVATIVOS DE BRASILEIROS NATOS.....	900
		6.4. PERDA DA NACIONALIDADE	900

6.5.	MEDIDAS DE EXCLUSÃO DO TER- RITÓRIO NACIONAL	901	11.2.	ADVOCACIA PÚBLICA.....	950
6.6.	EXTRADIÇÃO.....	902	11.3.	ADVOCACIA.....	951
6.7.	IDIOMA OFICIAL	902	11.4.	DEFENSORIA PÚBLICA	952
7.	DIREITOS POLÍTICOS E SISTEMAS ELEITO- RAIS	902	12.	CONTROLE DE CONSTITUCIONALIDADE..	953
7.1.	CONCEITOS FUNDAMENTAIS.....	902	12.1.	BLOCO DE CONSTITUCIONALIDA- DE.....	953
7.2.	CAPACIDADE ELEITORAL PASSIVA...	903	12.2.	EVOLUÇÃO DO CONTROLE DE CONSTITUCIONALIDADE NO BRA- SIL	954
7.3.	ALISTAMENTO E VOTO.....	903	12.3.	FORMAS DE INCONSTITUCIONA- LIDADE.....	954
7.4.	CONDIÇÕES DE ELEGIBILIDADE.....	903	12.3.1.	CONTROLE PRÉVIO OU PREVENTIVO	955
7.5.	SISTEMAS ELEITORAIS	904	12.3.2.	CONTROLE POSTERIOR OU REPRESSIVO.....	955
7.6.	INELEGIBILIDADE REFLEXA.....	904	12.4.	CONTROLE JURISDICIONAL.....	955
7.7.	ELEGIBILIDADE DO MILITAR	904	12.4.1.	CONTROLE DIFUSO	955
7.8.	HIPÓTESES DE INELEGIBILIDADE..	905	12.4.2.	CONTROLE CONCENTRA- DO.....	959
7.9.	IMPUGNAÇÃO DO MANDATO ELE- TIVO.....	905	12.4.2.1.	ADI.....	962
7.10.	PARTIDOS POLÍTICOS.....	905	12.4.2.2.	ADC	966
8.	ORGANIZAÇÃO POLÍTICO-ADMINISTRA- TIVA	907	12.4.2.3.	ADI POR OMIS- SÃO.....	967
8.1.	DISPOSIÇÕES GERAIS	907	12.4.2.4.	ADI INTERVENTI- VA.....	967
8.2.	INTERVENÇÃO	908	12.4.2.5.	ADPF.....	967
8.3.	ENTES FEDERADOS E DISTRIBUI- ÇÃO DE COMPETÊNCIAS.....	909	12.5.	CONTROLE CONCENTRADO ESTA- DUAL.....	969
8.3.1.	COMPETÊNCIA DA UNIÃO ..	910	12.6.	RECLAMAÇÃO CONSTITUCIONAL...	970
8.3.2.	COMPETÊNCIA DOS ES- TADOS E COMPETÊNCIA CONCORRENTE.....	913	12.7.	HERMENÊUTICA NO CONTROLE DE CONSTITUCIONALIDADE	971
8.3.3.	COMPETÊNCIA DOS MU- NICÍPIOS	914	12.8.	TÉCNICAS DE DECISÕES NO DIREI- TO COMPARADO E O CONTROLE DE CONSTITUCIONALIDADE	974
9.	ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA.....	915	13.	DEFESA DO ESTADO E DAS INSTITUIÇÕES DEMOCRÁTICAS	974
9.1.	CONSTITUIÇÃO E A ATUAÇÃO AD- MINISTRATIVA.....	915	13.1.	ESTADO DE DEFESA	974
9.2.	PRINCÍPIOS DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA	915	13.2.	ESTADO DE SÍTIO.....	974
9.3.	DISPOSIÇÕES GERAIS	916	13.3.	FORÇAS ARMADAS E SEGURANÇA PÚBLICA	975
9.4.	SERVIDORES PÚBLICOS	916	14.	TRIBUTAÇÃO E ORÇAMENTO	976
10.	SEPARAÇÃO DOS PODERES.....	922	14.1.	DISPOSIÇÕES GERAIS.....	976
10.1.	PODER LEGISLATIVO.....	922	14.2.	PRINCÍPIOS.....	976
10.1.1.	IMUNIDADES	924	14.3.	ORÇAMENTO.....	977
10.1.2.	COMISSÃO PARLAMEN- TAR DE INQUÉRITO – CPI...	926	15.	ORDEM ECONÔMICA E FINANCEIRA	978
10.1.3.	TRIBUNAL DE CONTAS	929	15.1.	PRINCÍPIOS DA ORDEM ECONÔ- MICA	978
10.1.4.	PROCESSO LEGISLATIVO ...	929	15.2.	EXPLORAÇÃO DE ATIVIDADES ECONÔMICAS PELO ESTADO	979
10.2.	PODER EXECUTIVO.....	933	15.3.	POLÍTICA URBANA.....	979
10.3.	PODER JUDICIÁRIO	936			
10.3.1.	CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA – CNJ.....	942			
10.3.2.	PRECEDENTES E SÚMULA VINCULANTE	944			
11.	FUNÇÕES ESSENCIAIS À JUSTIÇA	945			
11.1.	MINISTÉRIO PÚBLICO	945			

15.4. POLÍTICA AGRÍCOLA E FUNDIÁRIA E DA REFORMA AGRÁRIA.....	979
15.5. SISTEMA FINANCEIRO NACIONAL...	979
16. ORDEM SOCIAL.....	980
16.1. SEGURIDADE SOCIAL	980
16.2. EDUCAÇÃO	982
16.3. CULTURA.....	983
16.4. MEIO AMBIENTE	984
16.5. FAMÍLIA, CRIANÇA, ADOLESCENTE, JOVEM E PESSOA IDOSA	984
16.6. ÍNDIOS	985

LÍNGUA PORTUGUESA..... 987

Duda Nogueira

TABELA DE INCIDÊNCIA DE QUESTÕES.....	987
---------------------------------------	-----

+ QUESTÕES..... 989

1. ACENTUAÇÃO.....	989
2. ORTOGRAFIA E SEMÂNTICA.....	991
3. PRONOME E COLOCAÇÃO PRONOMINAL...	998
4. VERBO	1006
5. ANÁLISE SINTÁTICA.....	1013
6. PERÍODO COMPOSTO	1020
7. CONCORDÂNCIA	1026
8. REGÊNCIA	1034
9. CRASE.....	1039
10. PONTUAÇÃO.....	1043
11. FIGURAS DE LINGUAGEM	1048
12. COESÃO, COERÊNCIA E REESCRITA DE FRASES.....	1049

+ DICA COMPLEMENTAR 1061

13. PROCESSOS DE FORMAÇÃO DAS PALAVRAS	1061
14. INTERPRETAÇÃO E COMPREENSÃO TEXTUAL	1069

+ DICAS (RESUMO)..... 1076

1. ACENTUAÇÃO.....	1076
1.1. REGRAS DE ACENTUAÇÃO GRÁFICA.....	1076
1.2. PROPAROXÍTONAS	1076
1.3. PAROXÍTONAS	1076
1.3.1. OBSERVAÇÕES	1076
1.4. OXÍTONAS	1076
1.5. MONOSSÍLABOS.....	1077
1.5.1. MONOSSÍLABOS TÔNICOS	1077
1.5.2. MONOSSÍLABOS ÁTONOS..	1077

1.5.3. OBSERVAÇÕES	1077
1.6. REGRAS ESPECIAIS.....	1077
2. REFORMA ORTOGRÁFICA	1077
2.1. ACENTO AGUDO.....	1077
2.2. ACENTO DIFERENCIAL	1078
2.3. ACENTO CIRCUNFLEXO	1078
2.4. TREMA.....	1078
2.5. ALFABETO.....	1078
2.6. HÍFEN.....	1078
2.6.1. USO DO HÍFEN	1079
2.7. ORTOGRAFIA.....	1079
2.7.1. VOCÁBULOS MUITO EXIGIDOS EM CONCURSOS....	1079
3. GRAUS DOS ADJETIVOS	1079
3.1. COMPARATIVO	1079
3.2. SUPERLATIVO.....	1079
3.2.1. ABSOLUTO.....	1079
3.2.2. SUPERLATIVO RELATIVO....	1079
4. PRONOME	1079
4.1. PESSOAL.....	1079
4.2. DEMONSTRATIVO	1079
4.3. RELATIVO.....	1079
5. VERBO	1080
5.1. MODOS.....	1080
5.2. TEMPOS.....	1080
5.2.1. PRESENTE.....	1080
5.2.2. FUTURO	1080
5.2.3. PRETÉRITO.....	1080
5.3. VOZES VERBAIS	1080
5.3.1. VOZ ATIVA.....	1080
5.3.2. VOZ PASSIVA.....	1080
5.3.2.1. PASSIVA ANALÍTICA.....	1080
5.3.2.2. PASSIVA SINTÉTICA.....	1080
5.3.3. VOZ REFLEXIVA.....	1080
6. ANÁLISE SINTÁTICA.....	1080
6.1. FRASE, ORAÇÃO E PERÍODO.....	1080
6.2. SUJEITO	1080
6.3. PREDICAÇÃO VERBAL.....	1081
6.4. PREDICATIVO: QUALIFICA O SUJEITO OU O OBJETO	1081
6.5. PREDICADO	1081
6.6. COMPLEMENTOS VERBAIS.....	1081
6.7. AGENTE DA PASSIVA.....	1081
6.8. COMPLEMENTO NOMINAL	1081
6.9. ADJUNTO ADVERBIAL	1081
6.10. APOSTO	1081
6.11. VOCATIVO.....	1081
7. PERÍODO COMPOSTO	1081

7.1. COORDENAÇÃO.....	1081	15.5.2. BARBARISMO.....	1088
7.2. SUBORDINAÇÃO.....	1082	15.5.3. SOLECISMO.....	1088
8. CONCORDÂNCIA VERBAL.....	1082	15.5.4. AMBIGUIDADE OU ANFI-BOLOGIA.....	1089
9. CONCORDÂNCIA NOMINAL.....	1082	15.5.5. CACOFONIA.....	1089
10. REGÊNCIA VERBAL.....	1082	15.5.6. ECO.....	1089
11. REGÊNCIA NOMINAL.....	1082	15.5.7. HIATO.....	1089
12. CRASE.....	1083	15.5.8. COLISÃO.....	1089
13. PONTUAÇÃO.....	1083	16. INTERPRETAÇÃO DE TEXTO.....	1089
14. COLOCAÇÃO PRONOMINAL.....	1084	16.1. TIPOLOGIA TEXTUAL.....	1089
15. FIGURAS DE LINGUAGEM.....	1084	16.2. GÊNEROS TEXTUAIS.....	1090
15.1. FIGURA DE PALAVRA.....	1084	16.3. ARGUMENTAÇÃO.....	1091
15.1.1. METÁFORA.....	1084	16.3.1. ARGUMENTAÇÃO POR CITAÇÃO.....	1091
15.1.2. METONÍMIA.....	1085	16.3.2. ARGUMENTAÇÃO POR COMPROVAÇÃO.....	1091
15.1.3. CATACRESE.....	1085	16.3.3. ARGUMENTAÇÃO POR RACIOCÍNIO LÓGICO.....	1091
15.1.4. PERÍFRASE.....	1085	16.4. PRESSUPOSTOS E SUBENTENDIDOS.....	1091
15.1.5. SINESTESIA.....	1085	16.4.1. PRESSUPOSTOS.....	1091
15.2. FIGURAS DE PENSAMENTO.....	1085	16.4.2. SUBENTENDIDOS.....	1092
15.2.1. ANTÍTESE.....	1085	16.5. NÍVEIS DE LINGUAGEM.....	1092
15.2.2. PARADOXO.....	1085	16.6. DISCURSO DIRETO E INDIRETO.....	1093
15.2.3. EUFEMISMO.....	1086	★ BIBLIOGRAFIA.....	1093
15.2.4. IRONIA.....	1086	DIREITOS DIFUSOS E COLETIVOS.....	1095
15.2.5. HIPÉRBOLE.....	1086	<i>Henrique da Rosa Zieseimer</i>	
15.2.6. PROSOPOPEIA OU PERSONIFICAÇÃO.....	1086	TABELA DE INCIDÊNCIA DE QUESTÕES.....	1095
15.2.7. APÓSTROFE.....	1086	★ QUESTÕES.....	1097
15.2.8. GRADAÇÃO.....	1086	1. DIREITOS DIFUSOS, COLETIVOS E INDIVIDUAIS HOMOGÊNEOS.....	1097
15.3. FIGURAS DE CONSTRUÇÃO OU SINTÁTICAS.....	1086	1.1. DIREITO À SAÚDE.....	1123
15.3.1. ELIPSE.....	1086	1.2. DIREITO DA PESSOA IDOSA.....	1127
15.3.2. ZEUGMA.....	1086	1.3. DIREITO DAS PESSOAS COM DEFICIÊNCIA.....	1127
15.3.3. SILEPSE.....	1086	1.4. DIREITO À EDUCAÇÃO.....	1131
15.3.3.1. SILEPSE DE GÊNERO.....	1086	1.5. MOBILIDADE URBANA.....	1132
15.3.3.2. SILEPSE DE NÚMERO.....	1087	1.6. ESTATUTO DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE.....	1134
15.3.3.3. SILEPSE DE PESSOA.....	1087	1.7. MEIO AMBIENTE.....	1135
15.3.4. POLISSÍNDETO / ASSÍNDETO.....	1087	1.8. AÇÃO CIVIL PÚBLICA.....	1139
15.3.5. PLEONASMO.....	1087	1.9. DIREITO DO CONSUMIDOR.....	1141
15.3.6. ANÁFORA.....	1087	★ DICAS.....	1143
15.3.7. ANACOLUTO.....	1087	★ SÚMULAS APLICÁVEIS.....	1152
15.3.8. HIPÉRBATO / INVERSÃO.....	1088	★ STJ.....	1152
15.4. FIGURAS DE SOM.....	1088	★ STF.....	1152
15.4.1. ALITERAÇÃO.....	1088		
15.4.2. ASSONÂNCIA.....	1088		
15.4.3. ONOMATOPEIA.....	1088		
15.5. VÍCIOS DE LINGUAGEM.....	1088		
15.5.1. PLEONASMO VICIOSO OU REDUNDÂNCIA.....	1088		

ESTATUTO DA PESSOA IDOSA 1153**Dailson Soares de Rezende**

TABELA DE INCIDÊNCIA DE QUESTÕES..... 1153

★ QUESTÕES 1155

1. DAS DISPOSIÇÕES PRELIMINARES (ARTS. 1º ATÉ 7º DO ESTATUTO DA PESSOA IDOSA) 1155
2. DOS DIREITOS FUNDAMENTAIS (ARTS. 8º ATÉ 42 DO ESTATUTO DA PESSOA IDOSA)... 1156
3. DA POLÍTICA DE ATENDIMENTO AO IDOSO (ARTS. 46 ATÉ 68 DO ESTATUTO DA PESSOA IDOSA) 1159
4. DO ACESSO À JUSTIÇA (ARTS. 69 ATÉ 92 DO ESTATUTO DA PESSOA IDOSA) 1161
5. DOS CRIMES (ARTS. 93 ATÉ 108 DO ESTATUTO DA PESSOA IDOSA) 1163

★ DICAS (RESUMO) 1165

1. DIREITOS FUNDAMENTAIS..... 1165
 - 1.1. DISPOSIÇÕES GERAIS 1165
 - 1.2. DIREITO À VIDA 1165
 - 1.3. DIREITO À LIBERDADE, AO RESPEITO E À DIGNIDADE 1165
 - 1.4. ALIMENTOS..... 1166
 - 1.5. DIREITO À SAÚDE..... 1166
 - 1.6. EDUCAÇÃO, CULTURA, ESPORTE E LAZER..... 1167
 - 1.7. PROFISSIONALIZAÇÃO E TRABALHO 1167
 - 1.8. ASSISTÊNCIA SOCIAL..... 1167
 - 1.9. HABITAÇÃO..... 1168
 - 1.10. TRANSPORTE 1168
2. POLÍTICA DE ATENDIMENTO À PESSOA IDOSA..... 1168
 - 2.1. POLÍTICA NACIONAL DA PESSOA IDOSA..... 1168
 - 2.1.1. DIRETRIZES DA POLÍTICA NACIONAL DA PESSOA IDOSA 1168
 - 2.1.2. AÇÕES GOVERNAMENTAIS..... 1169
 - 2.1.3. MODALIDADES DE ATENDIMENTO..... 1169
 - 2.2. ENTIDADES DE ATENDIMENTO À PESSOA IDOSA..... 1169
 - 2.3. FISCALIZAÇÃO DAS ENTIDADES DE ATENDIMENTO 1169

- 2.4. CONSELHOS NACIONAL, ESTADUAIS, DO DISTRITO FEDERAL E MUNICIPAIS DO IDOSO 1169
- 2.5. ESTRATÉGIA BRASIL AMIGO DA PESSOA IDOSA..... 1170
3. ACESSO À JUSTIÇA 1171
 - 3.1. DISPOSIÇÕES GERAIS..... 1171
 - 3.2. MINISTÉRIO PÚBLICO..... 1171
4. CRIMES..... 1171

DIREITO DAS PESSOAS COM DEFICIÊNCIA 1173**Dailson Soares de Rezende**

TABELA DE INCIDÊNCIA DE QUESTÕES..... 1173

★ QUESTÕES 1175

1. DISPOSIÇÕES GERAIS 1175
2. DIREITOS..... 1176
3. DA POLÍTICA NACIONAL PARA A INTEGRAÇÃO DAS PESSOAS PORTADORAS DE DEFICIÊNCIA (LEI Nº 7.853/89 E DECRETO Nº 3.298/99) 1183
4. DA PROTEÇÃO E DOS DIREITOS DAS PESSOAS PORTADORAS DE TRANSTORNOS MENTAIS E DO MODELO ASSISTENCIAL EM SAÚDE MENTAL (LEI Nº 10.216/2001)... 1183

★ DICAS 1185

1. DISPOSIÇÕES PRELIMINARES 1185
2. DA IGUALDADE E DA NÃO DISCRIMINAÇÃO..... 1186
3. DOS DIREITOS FUNDAMENTAIS..... 1187
 - 3.1. NOÇÕES GERAIS 1187
 - 3.2. DO DIREITO À VIDA 1188
 - 3.3. DO DIREITO À HABILITAÇÃO E À REABILITAÇÃO..... 1189
 - 3.4. DO DIREITO À SAÚDE..... 1189
 - 3.5. DO DIREITO À EDUCAÇÃO 1190
 - 3.6. DO DIREITO À MORADIA..... 1191
 - 3.7. DO DIREITO AO TRABALHO 1192
 - 3.8. DO DIREITO À ASSISTÊNCIA SOCIAL..... 1192
 - 3.9. DO DIREITO À PREVIDÊNCIA SOCIAL..... 1194
 - 3.10. DO DIREITO À CULTURA, AO ESPORTE, AO TURISMO E AO LAZER. 1194
 - 3.11. DO DIREITO AO TRANSPORTE E À MOBILIDADE 1195
4. DA ACESSIBILIDADE..... 1196
 - 4.1. NOÇÕES GERAIS..... 1196

4.2. DO ACESSO À INFORMAÇÃO E À COMUNICAÇÃO	1197	11.2.1. DISPOSIÇÕES GERAIS DE ACESSIBILIDADE	1204
4.3. DA TECNOLOGIA ASSISTIVA.....	1197	11.2.2. ACESSIBILIDADE ARQUITETÔNICA E URBANÍSTICA.....	1204
4.4. DO DIREITO À PARTICIPAÇÃO NA VIDA PÚBLICA E POLÍTICA	1197	11.2.2.1. ELEMENTOS DA URBANIZAÇÃO... ..	1204
4.5. DA CIÊNCIA E TECNOLOGIA.....	1198	11.2.2.2. ACESSIBILIDADE NOS EDIFÍCIOS PÚBLICOS OU DE USO COLETIVO... ..	1204
5. DO ACESSO À JUSTIÇA	1198	11.2.3. ACESSIBILIDADE AOS SERVIÇOS DE TRANSPORTES COLETIVOS.....	1204
6. DOS CRIMES E DAS INFRAÇÕES ADMINISTRATIVAS	1200	12. A PROTEÇÃO E OS DIREITOS DAS PESSOAS PORTADORAS DE TRANSTORNOS MENTAIS E O MODELO ASSISTENCIAL EM SAÚDE MENTAL	1205
7. DO CADASTRO NACIONAL DE INCLUSÃO DA PESSOA COM DEFICIÊNCIA (CADASTRO-INCLUSÃO).....	1200	13. PENSÃO E INDENIZAÇÃO POR DANOS MORAIS AOS PORTADORES DA DEFICIÊNCIA FÍSICA CONHECIDA COMO SÍNDROME DA TALIDOMIDA	1205
8. DO COMPARECIMENTO DE PESSOA COM DEFICIÊNCIA PERANTE OS ÓRGÃOS PÚBLICOS	1201	★ SÚMULAS APLICÁVEIS	1205
9. POLÍTICA NACIONAL	1201	★ STJ	1205
9.1. DISPOSIÇÕES GERAIS	1201		
9.2. OBJETIVOS	1201		
9.3. DOS ASPECTOS INSTITUCIONAIS..	1201		
10. EQUIPARAÇÃO DE OPORTUNIDADES.....	1203		
10.1. ACESSO À EDUCAÇÃO	1203		
10.2. ACESSO AO TRABALHO	1203		
11. ATENDIMENTO E ACESSIBILIDADE	1203		
11.1. ATENDIMENTO PRIORITÁRIO	1203		
11.2. ACESSIBILIDADE	1204		

DIREITO PENAL	25	19. MEDIDAS DE SEGURANÇA	122
Rogério Sanches Cunha		20. AÇÃO PENAL	124
TABELA DE INCIDÊNCIA DE QUESTÕES.....	25	21. EXTINÇÃO DA PUNIBILIDADE.....	125
✦ QUESTÕES.....	27	21.1. PRESCRIÇÃO.....	129
1. CRIMINOLOGIA	27	22. CRIMES CONTRA A PESSOA.....	135
2. PRINCÍPIOS.....	29	22.1. HOMICÍDIO	135
3. LEI PENAL.....	37	22.2. INDUZIMENTO, INSTIGAÇÃO OU AUXÍLIO A SUICÍDIO OU A AUTO- MUTILAÇÃO.....	144
4. LEI PENAL NO ESPAÇO	41	22.3. ABORTO.....	145
5. LUGAR DO CRIME.....	43	22.4. LESÃO CORPORAL	147
6. CONFLITO APARENTE DE NORMAS.....	45	22.5. PERIGO PARA A VIDA OU A SAÚDE DE OUTREM	147
7. DO CRIME	45	22.6. OMISSÃO DE SOCORRO.....	148
7.1. CLASSIFICAÇÃO DE CRIMES	45	22.7. RIXA.....	148
7.2. SUJEITOS DO CRIME.....	48	22.8. CRIMES CONTRA A HONRA.....	149
7.3. TEORIA DO DELITO	49	22.9. CONSTRANGIMENTO ILEGAL.....	152
7.4. RELAÇÃO DE CAUSALIDADE	59	22.10. SEQUESTRO E CÁRCERE PRIVADO...	153
7.5. CONSUMAÇÃO E TENTATIVA.....	62	22.11. INVASÃO DE DISPOSITIVO INFOR- MÁTICO.....	153
7.6. ARREPENDIMENTO POSTERIOR.....	68	23. CRIMES CONTRA O PATRIMÔNIO.....	154
7.7. CRIME IMPOSSÍVEL	69	23.1. FURTO	154
7.8. DOLO	70	23.2. FURTO DE COISA COMUM.....	159
7.9. CULPA.....	72	23.3. ROUBO	159
7.10. ERRO	74	23.4. EXTORSÃO.....	162
7.11. EXCLUSÃO DA ILICITUDE.....	81	23.5. EXTORSÃO MEDIANTE SEQUES- TRO	163
8. CULPABILIDADE.....	88	23.6. DANO.....	163
8.1. EXCLUSÃO DA CULPABILIDADE.....	92	23.7. APROPRIAÇÃO INDÉBITA.....	165
9. CONCURSO DE PESSOAS	93	23.8. ESTELIONATO	165
10. REGIME DE PENA	99	23.9. RECEPÇÃO.....	166
11. DETRAÇÃO.....	101	23.10. ESCUSAS ABSOLUTÓRIAS.....	168
12. PENAS RESTRITIVAS DE DIREITOS.....	101	24. CRIMES CONTRA O RESPEITO AOS MOR- TOS	169
13. PENA DE MULTA.....	103	25. CRIMES CONTRA A DIGNIDADE SEXUAL ..	170
14. APLICAÇÃO DA PENA	104	25.1. ESTUPRO	170
15. CONCURSO DE CRIMES	115		
16. SUSPENSÃO CONDICIONAL DA PENA.....	118		
17. LIVRAMENTO CONDICIONAL.....	119		
18. EFEITOS DA CONDENAÇÃO	120		

25.2. ESTUPRO DE VULNERÁVEL	174	35.15. DOS CRIMES EM LICITAÇÕES E CONTRATOS ADMINISTRATIVOS...	201
25.3. VIOLAÇÃO SEXUAL MEDIANTE FRAUDE	177	35.16. AUTOACUSAÇÃO FALSA	203
25.4. ASSÉDIO SEXUAL.....	177	35.17. FALSO TESTEMUNHO.....	203
25.5. CORRUPÇÃO DE MENORES.....	178	35.18. COAÇÃO NO CURSO DO PROCESSO.....	204
25.6. FAVORECIMENTO DA PROSTITUIÇÃO OU DE OUTRA FORMA DE EXPLORAÇÃO SEXUAL DE CRIANÇA OU ADOLESCENTE OU DE VULNERÁVEL	179	35.19. INTRODUÇÃO DE APARELHO DE COMUNICAÇÃO, SEM AUTORIZAÇÃO LEGAL, EM ESTABELECIMENTO PRISIONAL	206
25.7. CASA DE PROSTITUIÇÃO	180	36. LEGISLAÇÃO ESPECIAL	206
26. CRIMES CONTRA A FAMÍLIA	180	36.1. TORTURA	206
27. INCÊNDIO	182	36.2. ARMA DE FOGO	209
28. EXPLOÇÃO	183	36.3. CRIMES DE TRÂNSITO	212
29. PERIGO DE INUNDAÇÃO	184	36.4. LEI DE DROGAS	217
30. ENVENENAMENTO DE ÁGUA POTÁVEL OU DE SUBSTÂNCIA ALIMENTÍCIA OU MEDICINAL	184	36.5. FALÊNCIA	226
31. CRIMES CONTRA A PAZ PÚBLICA.....	184	36.6. ORDEM TRIBUTÁRIA E ECONÔMICA E RELAÇÕES DE CONSUMO.....	227
32. FALSIFICAÇÃO DE DOCUMENTO	186	36.7. PROTEÇÃO A VÍTIMAS E TESTEMUNHAS	228
33. USO DE DOCUMENTO FALSO	187	36.8. ESTATUTO DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE.....	228
34. FRAUDES EM CERTAMES DE INTERESSE PÚBLICO.....	188	36.9. CRIMES HEDIONDOS	230
35. CRIMES CONTRA A ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA.....	188	36.10. CRIME ORGANIZADO	232
35.1. TEMAS DIVERSOS.....	188	36.11. CONSUMIDOR.....	234
35.2. PECULATO	190	36.12. PLANEJAMENTO FAMILIAR.....	235
35.3. PECULATO MEDIANTE ERRO DE OUTREM	192	36.13. CRIMES DE RESPONSABILIDADE ...	236
35.4. PECULATO ELETRÔNICO	193	36.14. CRIMES AMBIENTAIS.....	236
35.5. MODIFICAÇÃO OU ALTERAÇÃO NÃO AUTORIZADA DE SISTEMA DE INFORMAÇÕES	194	36.15. JUIZADOS ESPECIAIS	240
35.6. CONCUSSÃO	195	36.16. LEI MARIA DA PENHA	241
35.7. EXCESSO DE EXAÇÃO.....	196	36.17. LAVAGEM DE DINHEIRO	243
35.8. CORRUPÇÃO PASSIVA	197	36.18. EXECUÇÃO PENAL	245
35.9. CONDESCENDÊNCIA CRIMINOSA....	198	36.19. GENOCÍDIO.....	256
35.10. USURPAÇÃO DE FUNÇÃO PÚBLICA	198	36.20. CRIMES RESULTANTES DE PRECONCEITO DE RAÇA OU DE COR...	257
35.11. DESOBEDIÊNCIA.....	199	36.21. TERRORISMO.....	259
35.12. TRÁFICO DE INFLUÊNCIA.....	199	36.22. ABUSO DE AUTORIDADE.....	260
35.13. CORRUPÇÃO ATIVA	200	36.23. VIOLÊNCIA DOMÉSTICA E FAMILIAR CONTRA CRIANÇAS E ADOLESCENTES.....	260
35.14. SONEGAÇÃO DE CONTRIBUIÇÃO PREVIDENCIÁRIA	201	★ DICAS (RESUMO)	263
		1. NOÇÕES GERAIS DE DIREITO PENAL	263

2. FONTES DO DIREITO PENAL.....	263	ROUBO.....	404
3. INTERPRETAÇÃO DA LEI PENAL.....	264	EXTORSÃO.....	404
4. TEORIA GERAL DA NORMA PENAL.....	264	ESTELIONATO.....	404
5. EFICÁCIA DA LEI PENAL NO TEMPO.....	265	CRIMES CONTRA A PROPRIEDADE INTELEC- TUAL.....	404
6. EFICÁCIA DA LEI PENAL NO ESPAÇO.....	266	ESTUPRO DE VULNERÁVEL.....	405
7. EFICÁCIA DA LEI PENAL EM RELAÇÃO ÀS PESSOAS.....	268	FALSIFICAÇÃO DE DOCUMENTO PÚBLICO.....	405
8. EFICÁCIA DA SENTENÇA ESTRANGEIRA, CONTAGEM DE PRAZO, CONFLITO APA- RENTE DE NORMAS.....	269	USO DE DOCUMENTO FALSO.....	405
9. DO CRIME.....	270	FALSA IDENTIDADE.....	405
10. <i>ITER CRIMINIS</i>	277	CRIMES CONTRA A ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA.....	405
11. CONCURSO DE PESSOAS.....	280	CONTRABANDO E DESCAMINHO.....	405
12. TEORIA GERAL DAS PENAS.....	281	FALSO TESTEMUNHO.....	405
13. AÇÃO PENAL.....	292	LEIS ESPECIAIS.....	405
14. EXTINÇÃO DA PUNIBILIDADE.....	294	CONTRAVENÇÕES PENAIS.....	405
15. CRIMES CONTRA A PESSOA.....	297	CRIMES DE RESPONSABILIDADE.....	405
16. CRIMES CONTRA O PATRIMÔNIO.....	312	EXECUÇÃO PENAL.....	405
17. CRIMES CONTRA A ORGANIZAÇÃO DO TRABALHO.....	325	ESTATUTO DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE....	406
18. CRIMES CONTRA O RESPEITO AOS MOR- TOS.....	326	CRIMES CONTRA A ORDEM TRIBUTÁRIA.....	406
19. CRIMES CONTRA A DIGNIDADE SEXUAL..	326	LEI Nº 9.099/95.....	406
20. PROMOÇÃO DE MIGRAÇÃO ILEGAL.....	333	CRIMES CONTRA O SISTEMA DE TELECOMU- NICAÇÕES.....	406
21. CRIMES CONTRA A FAMÍLIA.....	334	CRIMES DE TRÂNSITO.....	406
22. CRIMES CONTRA A INCOLUMIDADE PÚBLICA.....	335	ARMAS DE FOGO.....	406
23. CRIMES CONTRA A PAZ PÚBLICA.....	338	LEI MARIA DA PENHA.....	407
24. CRIMES CONTRA A FÉ PÚBLICA.....	339	LEI DE DROGAS.....	407
25. CRIMES CONTRA A ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA.....	342	✦ STF.....	407
26. CRIMES CONTRA O ESTADO DEMOCRÁ- TICO DE DIREITO.....	362	EFICÁCIA DA LEI PENAL NO TEMPO.....	407
27. LEIS ESPECIAIS.....	368	EFICÁCIA DA LEI PENAL EM RELAÇÃO ÀS PES- SOAS.....	407
✦ SÚMULAS APLICÁVEIS.....	403	CONSUMAÇÃO E TENTATIVA.....	407
✦ STJ.....	403	CONCURSO DE PESSOAS.....	407
EFICÁCIA DA LEI PENAL NO TEMPO.....	403	APLICAÇÃO DA PENA.....	407
APLICAÇÃO DA PENA.....	403	PENA DE MULTA.....	407
CAUSAS EXTINTIVAS DA PUNIBILIDADE.....	404	AÇÃO PENAL.....	407
FURTO.....	404	PRESCRIÇÃO.....	407
PRESCRIÇÃO.....	404	ROUBO.....	407
		ESTELIONATO.....	407
		USO DE DOCUMENTO FALSO.....	408
		CRIMES DE RESPONSABILIDADE.....	408
		EXECUÇÃO PENAL.....	408

CRIMES CONTRA A ORDEM TRIBUTÁRIA	408	17. MEDIDAS CAUTELARES REAIS.....	544
LEI Nº 9.099/95	408	18. EXECUÇÃO PENAL	546
CRIMES DE TRÂNSITO	408		
LEI DE DROGAS	408	✦ DICAS (RESUMO)	560
DIREITO PROCESSUAL PENAL	409	1. PRINCÍPIOS E GARANTIAS	560
<i>Ricardo Silveiras</i>		2. NORMA PROCESSUAL PENAL E SUA APLICAÇÃO	564
TABELA DE INCIDÊNCIA DE QUESTÕES	409	3. JUIZ DAS GARANTIAS.....	564
✦ QUESTÕES	411	4. INQUÉRITO POLICIAL E OUTROS PROCEDIMENTOS INVESTIGATÓRIOS	566
1. PRINCÍPIOS E GARANTIAS	411	5. AÇÃO PENAL	570
2. NORMA PROCESSUAL PENAL E SUA APLICAÇÃO	416	6. AÇÃO CIVIL <i>EX DELICTO</i>	576
3. INQUÉRITO POLICIAL E OUTROS PROCEDIMENTOS INVESTIGATÓRIOS	419	7. COMPETÊNCIA.....	577
4. AÇÃO PENAL	430	8. QUESTÕES PREJUDICIAIS, EXCEÇÕES E INCIDENTES	583
4.1. AÇÃO PENAL PÚBLICA.....	430	9. CITAÇÃO, INTIMAÇÃO E CONTAGEM DE PRAZOS	586
4.2. AÇÃO PENAL PRIVADA.....	435	10. PROVAS.....	587
5. AÇÃO CIVIL <i>EX DELICTO</i>	437	11. SENTENÇA.....	592
6. COMPETÊNCIA.....	439	12. PROCEDIMENTOS	594
7. QUESTÕES PREJUDICIAIS, EXCEÇÕES E INCIDENTES	446	12.1. PROCEDIMENTOS COMUNS ORDINÁRIO E SUMÁRIO.....	594
8. CITAÇÃO, INTIMAÇÕES E CONTAGEM DE PRAZOS	450	12.2. PROCEDIMENTO SUMARÍSSIMO (LEI 9.099/1995).....	596
9. PROVAS.....	454	12.3. PROCEDIMENTO DOS PROCESSOS DE COMPETÊNCIA DO TRIBUNAL DO JÚRI.....	598
10. SENTENÇA.....	466	12.4. PROCEDIMENTOS ESPECIAIS DO CPP E LEGISLAÇÃO PROCESSUAL ESPECIAL	601
11. PROCEDIMENTOS	470	13. NULIDADES.....	605
11.1. PROCEDIMENTOS COMUNS ORDINÁRIO E SUMÁRIO.....	470	14. RECURSOS	606
11.2. PROCEDIMENTO SUMARÍSSIMO (LEI Nº 9.099/1995)	475	15. <i>HABEAS CORPUS</i>	608
11.3. PROCEDIMENTO DOS PROCESSOS DE COMPETÊNCIA DO TRIBUNAL DO JÚRI.....	480	16. MEDIDAS COATIVAS PESSOAIS	608
11.4. PROCEDIMENTOS ESPECIAIS DO CPP E LEGISLAÇÃO PROCESSUAL ESPECIAL	495	17. MEDIDAS CAUTELARES REAIS.....	614
12. NULIDADES.....	506	18. EXECUÇÃO PENAL	615
13. RECURSOS	511	19. COOPERAÇÃO JURÍDICA INTERNACIONAL.....	617
14. REVISÃO CRIMINAL	521	✦ SÚMULAS APLICÁVEIS	620
15. <i>HABEAS CORPUS</i> E MANDADO DE SEGURANÇA	524	✦ STF.....	620
16. MEDIDAS COATIVAS PESSOAIS	527	PRINCÍPIOS E GARANTIAS	620

INQUÉRITO POLICIAL E OUTROS PROCEDIMENTOS INVESTIGATÓRIOS	620	2.2. IMUNIDADES.....	648
AÇÃO PENAL	620	3. SISTEMA TRIBUTÁRIO NACIONAL. COMPETÊNCIA TRIBUTÁRIA. NORMAS GERAIS DE DIREITO TRIBUTÁRIO	652
COMPETÊNCIA.....	620	3.1. SISTEMA TRIBUTÁRIO NACIONAL....	653
CITAÇÃO, INTIMAÇÕES E CONTAGEM DE PRAZOS.....	621	3.2. COMPETÊNCIA TRIBUTÁRIA.....	654
PROCEDIMENTOS.....	621	3.3. NORMAS GERAIS DE DIREITO TRIBUTÁRIO	657
PROVAS.....	621	4. LEGISLAÇÃO TRIBUTÁRIA. VIGÊNCIA, APLICAÇÃO E EFICÁCIA	658
SENTENÇA.....	621	5. INTERPRETAÇÃO E INTEGRAÇÃO DA LEGISLAÇÃO TRIBUTÁRIA.....	662
NULIDADES.....	621	6. OBRIGAÇÃO TRIBUTÁRIA. FATO GERADOR. SUJEITO ATIVO. SUJEITO PASSIVO....	663
RECURSOS	622	6.1. OBRIGAÇÃO TRIBUTÁRIA.....	663
REVISÃO CRIMINAL	623	6.2. FATO GERADOR.....	667
HABEAS CORPUS E MANDADO DE SEGURANÇA..	623	6.3. SUJEITO ATIVO.....	668
MEDIDAS COATIVAS PESSOAIS	624	6.4. SUJEITO PASSIVO.....	669
EXECUÇÃO PENAL	624	7. SOLIDARIEDADE. CAPACIDADE TRIBUTÁRIA PASSIVA. DOMICÍLIO TRIBUTÁRIO. RESPONSABILIDADE TRIBUTÁRIA. DENÚNCIA ESPONTÂNEA.....	670
★ STJ	624	7.1. SOLIDARIEDADE.....	670
INQUÉRITO POLICIAL E OUTROS PROCEDIMENTOS INVESTIGATÓRIOS	624	7.2. CAPACIDADE TRIBUTÁRIA PASSIVA	671
AÇÃO PENAL	624	7.3. DOMICÍLIO TRIBUTÁRIO	672
COMPETÊNCIA.....	624	7.4. RESPONSABILIDADE TRIBUTÁRIA....	672
CITAÇÃO, INTIMAÇÕES E CONTAGEM DE PRAZOS.....	625	7.5. DENÚNCIA ESPONTÂNEA	684
PROCEDIMENTOS.....	625	8. CRÉDITO TRIBUTÁRIO. LANÇAMENTO. SUSPENSÃO, EXCLUSÃO E EXTINÇÃO DO CRÉDITO TRIBUTÁRIO	684
NULIDADES.....	626	8.1. CRÉDITO TRIBUTÁRIO.....	684
RECURSOS	626	8.2. LANÇAMENTO.....	685
HABEAS CORPUS E MANDADO DE SEGURANÇA	626	8.3. SUSPENSÃO DO CRÉDITO TRIBUTÁRIO	691
MEDIDAS COATIVAS PESSOAIS	626	8.4. EXTINÇÃO DO CRÉDITO TRIBUTÁRIO	696
EXECUÇÃO PENAL	627	8.4.1. PRESCRIÇÃO E DECADÊNCIA.....	700
DIREITO TRIBUTÁRIO.....	629	8.4.2. REPETIÇÃO DE INDÉBITO TRIBUTÁRIO	702
Harrison Leite e Thiana Cairo		8.5. EXCLUSÃO DO CRÉDITO TRIBUTÁRIO	704
TABELA DE INCIDÊNCIA DE QUESTÕES.....	629	9. GARANTIAS E PRIVILÉGIOS DO CRÉDITO TRIBUTÁRIO	711
★ QUESTÕES	631		
1. TRIBUTO. ESPÉCIES.....	631		
1.1. TAXAS.....	631		
1.2. CONTRIBUIÇÕES	633		
2. DAS LIMITAÇÕES AO PODER DE TRIBUTAR: PRINCÍPIOS E IMUNIDADES	634		
2.1. PRINCÍPIOS CONSTITUCIONAIS TRIBUTÁRIOS.....	634		

10. ADMINISTRAÇÃO TRIBUTÁRIA. FISCALIZAÇÃO. DÍVIDA ATIVA. CERTIDÕES DE REGULARIDADE FISCAL	711	2.2.2. LEGISLAÇÃO TRIBUTÁRIA. VIGÊNCIA, APLICAÇÃO E EFICÁCIA.....	759
10.1. FISCALIZAÇÃO.....	712	2.3. INTERPRETAÇÃO E INTEGRAÇÃO DA LEGISLAÇÃO TRIBUTÁRIA.....	762
11. IMPOSTOS FEDERAIS	714	2.4. OBRIGAÇÃO TRIBUTÁRIA. FATO GERADOR. SUJEITO ATIVO E PASSIVO. CAPACIDADE TRIBUTÁRIA....	765
12. IMPOSTOS ESTADUAIS E DISTRITAIS	715	2.4.1. OBRIGAÇÃO TRIBUTÁRIA. FATO GERADOR.....	765
13. IMPOSTOS MUNICIPAIS E DISTRITAIS.....	727	2.4.2. SUJEITOS ATIVO E PASSIVO.....	766
14. REPARTIÇÃO DE RECEITA TRIBUTÁRIA.....	730	2.4.3. CAPACIDADE TRIBUTÁRIA ...	767
15. ILÍCITO PENAL TRIBUTÁRIO	732	2.5. SOLIDARIEDADE. DOMICÍLIO TRIBUTÁRIO. RESPONSABILIDADE TRIBUTÁRIA. DENÚNCIA ESPONTÂNEA	767
16. LEI DE RESPONSABILIDADE FISCAL	737	2.5.1. SOLIDARIEDADE	767
17. PROCESSO ADMINISTRATIVO TRIBUTÁRIO.....	738	2.5.2. DOMICÍLIO TRIBUTÁRIO	767
18. PROCESSO JUDICIAL TRIBUTÁRIO.....	739	2.5.3. RESPONSABILIDADE TRIBUTÁRIA.....	768
18.1. EXECUÇÃO FISCAL.....	742	2.5.4. DENÚNCIA ESPONTÂNEA (ART. 138 CTN).....	770
18.2. MEDIDA CAUTELAR FISCAL	744	2.6. CRÉDITO TRIBUTÁRIO. LANÇAMENTO. SUSPENSÃO, EXCLUSÃO E EXTINÇÃO DO CRÉDITO TRIBUTÁRIO	770
19. SIMPLES NACIONAL	745	2.6.1. CRÉDITO TRIBUTÁRIO E LANÇAMENTO	770
★ DICAS (RESUMO)	747	2.6.2. EXCLUSÃO, SUSPENSÃO E EXTINÇÃO DO CRÉDITO TRIBUTÁRIO	771
1. TRIBUTO.....	747	2.7. GARANTIAS E PRIVILÉGIOS DO CRÉDITO TRIBUTÁRIO.....	776
1.1. CONCEITO E ESPÉCIES	747	2.7.1. GARANTIAS DO CRÉDITO TRIBUTÁRIO	776
1.1.1. IMPOSTOS.....	748	2.7.2. PRIVILÉGIOS DO CRÉDITO TRIBUTÁRIO	777
1.1.2. TAXAS.....	749	2.8. ADMINISTRAÇÃO TRIBUTÁRIA. FISCALIZAÇÃO. DÍVIDA ATIVA. DAS CERTIDÕES DE REGULARIDADE FISCAL.....	778
1.1.3. CONTRIBUIÇÃO DE MELHORIA	751	2.8.1. ADMINISTRAÇÃO TRIBUTÁRIA.....	778
1.1.4. EMPRÉSTIMOS COMPULSÓRIOS.....	751	2.8.2. DÍVIDA ATIVA.....	779
1.1.5. CONTRIBUIÇÕES ESPECIAIS.....	752	2.8.3. DAS CERTIDÕES DE REGULARIDADE FISCAL.....	779
1.1.6. CRIAÇÃO DO IBS E CBS PELA EC 132/23 – REFORMA TRIBUTÁRIA.....	753		
2. DAS LIMITAÇÕES CONSTITUCIONAIS AO PODER DE TRIBUTAR	753		
2.1. PRINCÍPIOS E IMUNIDADES	753		
2.1.1. PRINCÍPIOS CONSTITUCIONAIS TRIBUTÁRIOS	753		
2.1.2. IMUNIDADES	757		
2.2. COMPETÊNCIA TRIBUTÁRIA. LEGISLAÇÃO TRIBUTÁRIA. VIGÊNCIA, APLICAÇÃO E EFICÁCIA.....	758		
2.2.1. COMPETÊNCIA TRIBUTÁRIA.....	758		

2.9.	IMPOSTOS FEDERAIS	782	2.7.	REFIS	797
2.10.	IMPOSTOS ESTADUAIS E DISTRI- TAIS	784	2.8.	COMPENSAÇÃO	797
2.11.	IMPOSTOS MUNICIPAIS E DISTRI- TAIS	785	2.9.	RESPONSABILIDADE TRIBUTÁRIA. DENÚNCIA ESPONTÂNEA	797
2.12.	REPARTIÇÃO CONSTITUCIONAL DE RECEITAS TRIBUTÁRIAS	788	2.10.	IMPOSTOS FEDERAIS	798
2.13.	PROCESSO TRIBUTÁRIO	790	2.10.1.	IOF	798
			2.10.2.	IPI	798
			2.10.3.	IR	798
✦ SÚMULAS APLICÁVEIS	794		2.11.	IMPOSTOS ESTADUAIS	798
1.	SÚMULAS DO STF	794	2.11.1.	ICMS	798
1.1.	TRIBUTO. ESPÉCIES	794	2.11.2.	IPVA	799
1.1.1.	TAXAS	794	2.12.	IMPOSTOS MUNICIPAIS	799
1.1.2.	CONTRIBUIÇÕES	794	2.12.1.	IPTU	799
1.2.	DAS LIMITAÇÕES AO PODER DE TRI- BUTAR: PRINCÍPIOS E IMUNIDADES ..	794	2.12.2.	ISS	799
1.2.1.	PRINCÍPIOS CONSTITU- CIONAIS TRIBUTÁRIOS	794	2.13.	CERTIDÃO DE DÍVIDA ATIVA	799
1.2.2.	IMUNIDADES	794	2.14.	PROCESSO JUDICIAL TRIBUTÁRIO	799
1.3.	CRÉDITO TRIBUTÁRIO	795	2.15.	BENEFÍCIO FISCAL	800
1.3.1.	ISENÇÃO	795	3.	CARF – CONSELHO ADMINISTRATIVO DE RECURSOS FISCAIS	800
1.3.2.	DEPÓSITO	795	3.1.	TRIBUTOS EM ESPÉCIE	800
1.4.	ADMINISTRAÇÃO TRIBUTÁRIA	795	3.2.	OBRIGAÇÃO TRIBUTÁRIA. SUJEI- TOS (ATIVO/PASSIVO), RESPONSA- BILIDADE, CAPACIDADE E DOMI- CÍLIO TRIBUTÁRIO	802
1.5.	IMPOSTOS FEDERAIS	795	3.3.	CRÉDITO TRIBUTÁRIO: CONSTI- TUIÇÃO, GARANTIAS, PRIVILÉ- GIOS, SUSPENSÃO, EXCLUSÃO E EXTINÇÃO	803
1.5.1.	IOF	795	3.4.	ADMINISTRAÇÃO TRIBUTÁRIA	805
1.5.2.	IPI	795	3.5.	PROCESSO TRIBUTÁRIO	806
1.5.3.	IR	795			
1.6.	IMPOSTOS ESTADUAIS	795	DIREITO EMPRESARIAL	809	
1.6.1.	ICMS	795	Danniel Trindade		
1.6.2.	ITCMD	796	TABELA DE INCIDÊNCIA DE QUESTÕES	809	
1.7.	IMPOSTOS MUNICIPAIS	796			
1.7.1.	IPTU	796	✦ QUESTÕES	811	
1.7.2.	ISS	796	1.	EMPRESÁRIO	811
1.7.3.	ITBI	796	2.	DIREITO SOCIETÁRIO	812
1.8.	PROCESSO JUDICIAL TRIBUTÁRIO	796	2.1.	SOCIEDADES SIMPLES OU EMPRE- SÁRIAS	812
2.	SÚMULAS DO STJ	796	2.2.	SOCIEDADE EM COMUM/IRREGU- LAR/DE FATO	812
2.1.	TAXAS	796	2.3.	SOCIEDADE LIMITADA	813
2.2.	SIMPLES	796			
2.3.	CONTRIBUIÇÕES	797			
2.4.	CRÉDITO TRIBUTÁRIO	797			
2.5.	DEPÓSITO	797			
2.6.	REPETIÇÃO DO INDÉBITO	797			

2.4. SOCIEDADE ANÔNIMA	816	9.5. FALÊNCIA	860
2.5. SOCIEDADES COOPERATIVAS	816	9.5.1. INCIDÊNCIA DA LEI	860
3. TÍTULOS DE CRÉDITO	817	9.5.2. ÓRGÃOS DA FALÊNCIA	860
4. CONTRATOS EMPRESARIAIS	819	9.5.3. EFEITOS DA FALÊNCIA	861
5. FALÊNCIA E RECUPERAÇÃO DE EMPRESA ...	822	9.5.4. PROCESSO DE FALÊNCIA ...	861
5.1. ASPECTOS GERAIS	822	9.6. PEDIDOS DE RESTITUIÇÃO	862
5.2. FALÊNCIA	825	9.7. INEFICÁCIA E REVOGAÇÃO DE ATOS PRATICADOS ANTES DA FALÊNCIA	862
★ DICAS (RESUMO)	828	9.8. REALIZAÇÃO DO ATIVO	862
1. TEORIA GERAL DO DIREITO EMPRESARIAL	828	9.9. CLASSIFICAÇÃO E PAGAMENTO DOS CREDORES	862
2. EMPRESÁRIO	829	9.10. ENCERRAMENTO DA FALÊNCIA	862
3. ESTABELECIMENTO EMPRESARIAL	831	9.11. EXTINÇÃO DAS OBRIGAÇÕES DO FALIDO	862
4. REGISTRO E ESCRITURAÇÃO	833	9.12. PRINCIPAIS NOVIDADES TRAZIDAS PELA LEI 14.112, DE 24 DE DEZEMBRO DE 2020	863
5. DIREITO SOCIETÁRIO	834	10. PROPRIEDADE INDUSTRIAL	864
6. DESCONSIDERAÇÃO DA PERSONALIDADE JURÍDICA	841		
7. TÍTULOS DE CRÉDITO	842	DIREITO AMBIENTAL	871
8. CONTRATOS EMPRESARIAIS	850	<i>Romeu Thomé</i>	
9. FALÊNCIA E RECUPERAÇÃO DE EMPRESA ...	856	TABELA DE INCIDÊNCIA DE QUESTÕES	871
9.1. ASPECTOS GERAIS	856	★ QUESTÕES	873
9.1.1. APLICABILIDADE DA LEI	856	1. PRINCÍPIOS DE DIREITO AMBIENTAL	873
9.1.2. COMPETÊNCIA	857	2. DIREITO AMBIENTAL CONSTITUCIONAL. COMPETÊNCIAS AMBIENTAIS LEGISLATIVA E MATERIAL. ARTIGO 225 DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL DE 1988	873
9.1.3. INTERVENÇÃO DO MINISTÉRIO PÚBLICO	857	3. POLÍTICA NACIONAL DE MEIO AMBIENTE. LICENCIAMENTO AMBIENTAL. ESTUDO DE IMPACTO AMBIENTAL. AUDIÊNCIAS PÚBLICAS	878
9.1.4. VERIFICAÇÃO E HABILITAÇÃO DOS CRÉDITOS CONCURSAIS	857	4. RESPONSABILIDADES CIVIL, ADMINISTRATIVA E PENAL EM MATÉRIA AMBIENTAL	879
9.1.5. ADMINISTRADOR JUDICIAL	857	5. ESPAÇOS TERRITORIAIS ESPECIALMENTE PROTEGIDOS: SISTEMA NACIONAL DE UNIDADES DE CONSERVAÇÃO DA NATUREZA – SNUC. BIOMA MATA ATLÂNTICA. GESTÃO DE FLORESTAS PÚBLICAS	882
9.1.6. ASSEMBLEIA DE CREDORES	857	6. RECURSOS FLORESTAIS. CÓDIGO FLORESTAL (LEI 12.651/2012)	886
9.1.7. COMITÊ DE CREDORES	857	7. RECURSOS HÍDRICOS	888
9.2. RECUPERAÇÃO JUDICIAL	858		
9.2.1. COMPETÊNCIA	858		
9.2.2. LEGITIMADOS	858		
9.2.3. CRÉDITOS SUJEITOS À RECUPERAÇÃO	858		
9.2.4. PROCESSAMENTO DA RECUPERAÇÃO JUDICIAL ..	858		
9.3. RECUPERAÇÃO JUDICIAL ESPECIAL	859		
9.4. RECUPERAÇÃO EXTRAJUDICIAL ...	860		

8. RESÍDUOS SÓLIDOS. AGROTÓXICOS. SANEAMENTO BÁSICO	889	2. DOCTRINA DA PROTEÇÃO INTEGRAL.....	910
9. ESTATUTO DA CIDADE. POLÍTICA URBANA. PARCELAMENTO DO SOLO URBANO. PROGRAMA MINHA CASA MINHA VIDA	892	3. DIREITO FUNDAMENTAL À VIDA E À SAÚDE	912
10. PATRIMÔNIO GENÉTICO. ENGENHARIA GENÉTICA. DIVERSIDADE BIOLÓGICA	893	4. DIREITO AO RESPEITO E À LIBERDADE.....	913
✦ DICAS (RESUMO)	894	5. DIREITO À CONVIVÊNCIA FAMILIAR E COMUNITÁRIA	915
1. PRINCÍPIOS DE DIREITO AMBIENTAL.....	894	6. DO DIREITO FUNDAMENTAL À EDUCAÇÃO, AO LAZER E AO DESPORTO	926
2. DIREITO AMBIENTAL CONSTITUCIONAL. COMPETÊNCIAS AMBIENTAIS LEGISLATIVA E MATERIAL. ARTIGO 225 DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL DE 1988	894	7. DIREITO À PROFISSIONALIZAÇÃO E AO TRABALHO	927
3. POLÍTICA NACIONAL DE MEIO AMBIENTE. LICENCIAMENTO AMBIENTAL. ESTUDO DE IMPACTO AMBIENTAL. AUDIÊNCIAS PÚBLICAS.....	895	8. AUTORIZAÇÃO PARA VIAJAR.....	928
4. RESPONSABILIDADES CIVIL, ADMINISTRATIVA E PENAL EM MATÉRIA AMBIENTAL.....	895	9. DAS ENTIDADES DE ATENDIMENTO	929
5. ESPAÇOS TERRITORIAIS ESPECIALMENTE PROTEGIDOS: SISTEMA NACIONAL DE UNIDADES DE CONSERVAÇÃO DA NATUREZA – SNUC. BIOMA MATA ATLÂNTICA. GESTÃO DE FLORESTAS PÚBLICAS.....	896	10. DAS MEDIDAS PROTETIVAS.....	930
6. RECURSOS FLORESTAIS. CÓDIGO FLORESTAL (LEI 12.651/2012)	897	11. DO ATO INFRACIONAL E DAS MEDIDAS SOCIOEDUCATIVAS.....	933
7. RECURSOS HÍDRICOS	898	12. DO PROCEDIMENTO DE APURAÇÃO DO ATO INFRACIONAL.....	939
8. RESÍDUOS SÓLIDOS. AGROTÓXICOS. SANEAMENTO BÁSICO	898	13. DA REMISSÃO	941
9. ESTATUTO DA CIDADE. POLÍTICA URBANA. PARCELAMENTO DO SOLO URBANO. PROGRAMA MINHA CASA MINHA VIDA	900	14. RECURSOS	942
10. PATRIMÔNIO GENÉTICO. ENGENHARIA GENÉTICA. DIVERSIDADE BIOLÓGICA	901	15. DO CONSELHO TUTELAR	944
DIREITO DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE	903	16. DA VARA DA INFÂNCIA E DA JUVENTUDE.....	946
Luciano Alves Rossato		17. LEI 12.594/2012	947
TABELA DE INCIDÊNCIA DE QUESTÕES.....	903	18. INFRAÇÃO ADMINISTRATIVA	952
✦ QUESTÕES	905	19. RESOLUÇÕES CONANDA	954
1. MINISTÉRIO PÚBLICO	905	✦ DICAS (RESUMO)	956
		1. DOCTRINA DA PROTEÇÃO INTEGRAL.....	956
		2. CONSTITUIÇÃO FEDERAL	956
		3. ESTATUTO DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE	959
		4. DIREITOS FUNDAMENTAIS.....	960
		5. CONVIVÊNCIA FAMILIAR E FAMÍLIA SUBSTITUTA.....	964
		6. DA PREVENÇÃO	967
		6.1. AUTORIZAÇÃO PARA VIAJAR.....	967
		7. DA POLÍTICA DE ATENDIMENTO	969
		8. MEDIDAS DE PROTEÇÃO	970
		9. PRÁTICA DE ATO INFRACIONAL E MEDIDAS SOCIOEDUCATIVAS.....	970
		10. CONSELHO TUTELAR.....	977
		11. ACESSO À JUSTIÇA	979
		12. CRIMES E INFRAÇÕES ADMINISTRATIVAS....	982

DIREITO DO CONSUMIDOR	983	★ DICAS (RESUMO)	1024
<i>Lucas de Souza Lehfeld</i>			
TABELA DE INCIDÊNCIA DE QUESTÕES.....	983	1. O CONSUMIDOR NAS RELAÇÕES DE CONSUMO	1024
★ QUESTÕES.....	985	2. DOS PRINCÍPIOS FUNDAMENTAIS DO CÓDIGO DE DEFESA DO CONSUMIDOR (CDC)	1024
1. O CONSUMIDOR NAS RELAÇÕES DE CONSUMO	985	3. DA QUALIDADE DE PRODUTOS E SERVIÇOS, DA PREVENÇÃO E DA REPARAÇÃO DOS DANOS.....	1025
1.1. ÂMBITO DE APLICAÇÃO DO CDC..	989	3.1. DA QUALIDADE E SEGURANÇA DOS PRODUTOS E SERVIÇOS	1025
2. DOS PRINCÍPIOS FUNDAMENTAIS DO CÓDIGO DE DEFESA DO CONSUMIDOR (CDC) E DOS SEUS DIREITOS BÁSICOS	990	3.2. DA RESPONSABILIDADE PELO FATO E VÍCIO DO PRODUTO E DO SERVIÇO.....	1026
3. DA QUALIDADE DE PRODUTOS E SERVIÇOS, DA PREVENÇÃO E DA REPARAÇÃO DOS DANOS.....	995	3.3. DA DECADÊNCIA E DA PRESCRIÇÃO (PRAZOS E GARANTIAS).....	1027
3.1. DA PROTEÇÃO À SAÚDE E SEGURANÇA	995	3.4. DA DESCONSIDERAÇÃO DA PERSONALIDADE JURÍDICA.....	1028
3.2. DA RESPONSABILIDADE PELO FATO E POR VÍCIO DO PRODUTO E DO SERVIÇO.....	995	4. DAS PRÁTICAS COMERCIAIS.....	1029
3.3. DA DECADÊNCIA E DA PRESCRIÇÃO (PRAZOS E GARANTIAS).....	1001	4.1. DA OFERTA E DA PUBLICIDADE.....	1029
3.4. DA DESCONSIDERAÇÃO DA PERSONALIDADE JURÍDICA.....	1002	4.2. DAS PRÁTICAS ABUSIVAS	1030
4. DAS PRÁTICAS COMERCIAIS.....	1003	4.2.1. DA OBRIGATORIEDADE DO ORÇAMENTO	1031
4.1. DA OFERTA E DA PUBLICIDADE.....	1004	5. DA PROTEÇÃO CONTRATUAL	1032
4.2. DAS PRÁTICAS ABUSIVAS	1005	5.1. DA REVISÃO CONTRATUAL	1032
4.3. DA COBRANÇA DE DÍVIDAS E DOS BANCOS DE DADOS E CADASTROS DE CONSUMIDORES	1009	5.2. O DIREITO DE ARREPENDIMENTO...	1032
5. DA PROTEÇÃO CONTRATUAL	1010	5.3. DAS CLÁUSULAS ABUSIVAS	1033
5.1. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS	1010	5.4. DOS CONTRATOS DE ADESÃO.....	1034
5.2. DAS CLÁUSULAS ABUSIVAS	1012	5.5. DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS....	1035
5.3. DA PREVENÇÃO E DO TRATAMENTO DO SUPERENDIVIDAMENTO.....	1013	6. DA DEFESA DO CONSUMIDOR EM JUÍZO	1036
6. DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS.....	1014	6.1. INVERSÃO DO ÔNUS DA PROVA....	1036
7. DA DEFESA DO CONSUMIDOR EM JUÍZO	1016	6.2. TUTELA COLETIVA DO CONSUMIDOR	1037
7.1. DA INVERSÃO DO ÔNUS DA PROVA	1017	7. DO SISTEMA NACIONAL DE DEFESA DO CONSUMIDOR	1039
8. DO SISTEMA NACIONAL DE DEFESA DO CONSUMIDOR	1018	8. DA CONVENÇÃO COLETIVA DE CONSUMO	1039
9. DA CONVENÇÃO COLETIVA DE CONSUMO	1020	9. INFRAÇÕES PENAIIS NO CDC	1039
10. DAS INFRAÇÕES PENAIIS NO CDC	1020	★ SÚMULAS APLICÁVEIS	1040
		1. DOS PRINCÍPIOS FUNDAMENTAIS DO CÓDIGO DE DEFESA DO CONSUMIDOR (CDC)	1040

2. DA QUALIDADE DE PRODUTOS E SERVIÇOS, DA PREVENÇÃO E DA REPARAÇÃO DOS DANOS.....	1040	2.2. TERCEIRO SETOR	1078
2.1. DA RESPONSABILIDADE POR VÍCIO DO PRODUTO E DO SERVIÇO	1040	3. AGENTES PÚBLICOS	1083
2.2. DA DECADÊNCIA E DA PRESCRIÇÃO (PRAZOS E GARANTIAS).....	1040	3.1. NOÇÕES GERAIS	1083
3. DAS PRÁTICAS COMERCIAIS.....	1040	3.2. NORMAS CONSTITUCIONAIS.....	1092
3.1. DA PUBLICIDADE.....	1040	3.2.1. ACESSO AOS CARGOS, EMPREGOS E FUNÇÕES PÚBLICAS	1092
3.2. DAS PRÁTICAS ABUSIVAS	1041	3.2.2. SISTEMA REMUNERATÓRIO	1107
3.3. DA COBRANÇA DE DÍVIDAS E DOS BANCOS DE DADOS E CADASTROS DE CONSUMIDORES.....	1041	3.2.3. DIREITOS SOCIAIS DO SERVIDOR PÚBLICO.....	1109
4. DA PROTEÇÃO CONTRATUAL	1041	3.2.4. PREVIDÊNCIA DO SERVIDOR PÚBLICO.....	1109
4.1. DA REVISÃO CONTRATUAL	1041	4. PODERES E DEVERES ADMINISTRATIVOS....	1110
4.2. DAS CLÁUSULAS ABUSIVAS	1041	4.1. PODERES ADMINISTRATIVOS	1110
5. DA DEFESA DO CONSUMIDOR EM JUÍZO	1042	4.1.1. PODERES VINCULADO, DISCRICIONÁRIO, HIERÁRQUICO E DISCIPLINAR	1110

DIREITO ADMINISTRATIVO 1043

Fábio Goldfinger

TABELA DE INCIDÊNCIA DE QUESTÕES.....	1043
---------------------------------------	------

+ QUESTÕES 1045

1. PRINCÍPIOS DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA	1045	5. ATO ADMINISTRATIVO.....	1120
1.1. REGIME JURÍDICO ADMINISTRATIVO.....	1046	5.1. NOÇÕES GERAIS	1120
1.2. PRINCÍPIOS CONSTITUCIONAIS EXPLÍCITOS DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA	1047	5.2. ELEMENTOS OU REQUISITOS	1126
1.3. DEMAIS PRINCÍPIOS DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA	1056	5.3. ATRIBUTOS OU CARACTERÍSTICAS	1127
2. ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA E TERCEIRO SETOR.....	1058	5.4. CLASSIFICAÇÃO.....	1129
2.1. ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA.....	1058	5.5. ESPÉCIES	1132
2.1.1. NOÇÕES GERAIS	1058	5.6. EXTINÇÃO E CONVALIDAÇÃO DO ATO ADMINISTRATIVO.....	1133
2.1.2. CONCENTRAÇÃO E DESCENTRALIZAÇÃO. CENTRALIZAÇÃO E DESCENTRALIZAÇÃO.....	1066	6. PROCESSO ADMINISTRATIVO.....	1143
2.1.3. ADMINISTRAÇÃO DIRETA...	1066	6.1. CONCEITO E PRINCÍPIOS.....	1143
2.1.4. ADMINISTRAÇÃO INDIRETA	1067	6.2. PROCESSO ADMINISTRATIVO FEDERAL: LEI Nº 9.784/99.....	1145
		7. LICITAÇÃO	1152
		7.1. NOÇÕES GERAIS	1152
		7.2. DISPENSA E INEXIGIBILIDADE	1170
		7.3. MODALIDADES E PROCEDIMENTO	1177
		7.4. ANULAÇÃO E REVOGAÇÃO	1189
		8. CONTRATO ADMINISTRATIVO.....	1191
		8.1. INTRODUÇÃO E CONCEITO.....	1191

8.2. FORMALIZAÇÃO, DURAÇÃO E EXECUÇÃO DO CONTRATO ADMINISTRATIVO	1196	14.2. ATOS DE IMPROBIDADE: MODALIDADES E SANÇÕES	1288
8.3. EXTINÇÃO DO CONTRATO	1203	14.3. PROCEDIMENTO	1295
9. SERVIÇOS PÚBLICOS	1203	15. LEI DE RESPONSABILIDADE FISCAL	1308
9.1. NOÇÕES GERAIS	1203	15.1. DISPOSIÇÕES GERAIS	1308
9.2. CLASSIFICAÇÃO	1206	16. REGIME JURÍDICO DOS SERVIDORES PÚBLICOS CIVIS FEDERAIS	1312
9.3. PRINCÍPIOS	1206	16.1. DISPOSIÇÕES GERAIS: LEI Nº 8.112/90	1312
9.4. COMPETÊNCIA PARA PRESTAÇÃO DO SERVIÇO PÚBLICO	1208		
9.5. CONCESSÃO E PERMISSÃO DE SERVIÇO PÚBLICO	1208	★ DICAS (RESUMOS)	1315
9.6. PARCERIA PÚBLICO-PRIVADA (PPP)	1215	1. PRINCÍPIOS DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA	1315
10. BENS PÚBLICOS	1222	1.1. REGIME JURÍDICO	1315
10.1. CONCEITO E CLASSIFICAÇÃO	1222	1.2. PRINCÍPIOS CONSTITUCIONAIS EXPLÍCITOS DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA	1317
10.2. REGIME JURÍDICO	1227	1.3. DEMAIS PRINCÍPIOS DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA	1318
10.3. USO DE BEM PÚBLICO POR PARTICULAR	1231	2. ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA E TERCEIRO SETOR	1319
11. INTERVENÇÃO DO ESTADO NA PROPRIEDADE	1234	2.1. ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA	1319
11.1. NOÇÕES GERAIS	1234	2.1.1. NOÇÕES GERAIS	1319
11.2. MODALIDADES	1234	2.1.2. CONCENTRAÇÃO E DESCENTRALIZAÇÃO	1320
11.2.1. LIMITAÇÕES ADMINISTRATIVAS	1234	2.1.3. ADMINISTRAÇÃO DIRETA	1321
11.2.2. SERVIDÃO ADMINISTRATIVA	1235	2.1.4. ADMINISTRAÇÃO INDIRETA	1321
11.2.3. REQUISICÃO ADMINISTRATIVA	1235	2.2. TERCEIRO SETOR	1331
11.2.4. TOMBAMENTO E OCUPAÇÃO TEMPORÁRIA	1237	3. AGENTES PÚBLICOS	1332
11.2.5. DESAPROPRIAÇÃO	1240	3.1. NOÇÕES GERAIS	1332
12. RESPONSABILIDADE CIVIL DO ESTADO	1252	3.2. REMUNERAÇÃO DO SERVIDOR PÚBLICO	1337
12.1. INTRODUÇÃO, CONCEITO E TEORIAS	1252	3.3. DIREITOS SOCIAIS DOS SERVIDORES PÚBLICOS	1337
13. CONTROLE DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA	1266	3.4. REGIME PREVIDENCIÁRIO DO SERVIDOR PÚBLICO	1337
13.1. NOÇÕES PRELIMINARES	1266	4. PODERES E DEVERES DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA	1338
13.2. CONTROLE ADMINISTRATIVO	1271	4.1. DEVERES DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA	1338
13.3. CONTROLE LEGISLATIVO	1276	4.2. PODERES DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA	1339
13.4. CONTROLE JUDICIAL	1278		
14. IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA	1280		
14.1. DISPOSIÇÕES GERAIS	1280		

4.2.1. PODER VINCULADO, DISCRICIONÁRIO, HIERÁRQUICO E DISCIPLINAR	1339	11.2. MODALIDADES.....	1374
4.2.2. PODER REGULAMENTAR...	1340	11.2.1. LIMITAÇÃO ADMINISTRATIVA	1374
4.2.3. PODER DE POLÍCIA	1341	11.2.2. SERVIDÃO ADMINISTRATIVA	1374
4.3. ABUSO DE PODER	1342	11.2.3. REQUISICÃO ADMINISTRATIVA	1375
5. DOS ATOS ADMINISTRATIVOS.....	1342	11.2.4. OCUPAÇÃO TEMPORÁRIA...	1375
5.1. REQUISITOS E CARACTERÍSTICAS....	1342	11.2.5. TOMBAMENTO.....	1375
5.2. CLASSIFICAÇÃO DOS ATOS ADMINISTRATIVOS.....	1343	11.2.6. DESAPROPRIAÇÃO.....	1376
5.3. ESPÉCIES DE ATOS ADMINISTRATIVOS	1345	12. RESPONSABILIDADE CIVIL DO ESTADO	1379
5.4. EXTINÇÃO DOS ATOS ADMINISTRATIVOS	1347	12.1. INTRODUÇÃO E CONCEITO.....	1379
6. PROCESSO ADMINISTRATIVO.....	1349	12.2. TEORIAS.....	1379
6.1. NOÇÕES GERAIS	1349	12.3. RESPONSABILIDADE DO ESTADO BRASILEIRO	1380
6.2. PROCESSO ADMINISTRATIVO FEDERAL.....	1349	13. CONTROLE DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA	1382
7. LICITAÇÃO	1350	13.1. NOÇÕES PRELIMINARES.....	1382
7.1. NOÇÕES GERAIS	1350	13.2. CONTROLE ADMINISTRATIVO	1382
7.2. PRINCÍPIOS.....	1350	13.3. CONTROLE LEGISLATIVO	1382
7.3. PROCEDIMENTO	1350	13.4. CONTROLE JUDICIAL	1384
7.4. DISPENSA E INEXIGIBILIDADE	1352	13.4.1. MANDADO DE SEGURANÇA INDIVIDUAL E COLETIVO.....	1384
7.5. ANULAÇÃO E REVOGAÇÃO	1352	13.4.2. AÇÃO POPULAR	1386
7.6. LEI Nº 14.113/21: LEI DE LICITAÇÕES E CONTRATOS ADMINISTRATIVOS	1353	13.4.3. AÇÃO CIVIL PÚBLICA	1386
8. DOS CONTRATOS ADMINISTRATIVOS.....	1360	13.4.4. MANDADO DE INJUNÇÃO INDIVIDUAL E COLETIVO...	1392
9. SERVIÇO PÚBLICO.....	1366	14. IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA.....	1393
9.1. NOÇÕES GERAIS	1366	15. LEI DE RESPONSABILIDADE FISCAL	1398
9.2. CLASSIFICAÇÃO	1367	15.1. DISPOSIÇÕES GERAIS	1398
9.3. PRINCÍPIOS.....	1367	15.2. PLANEJAMENTO	1399
9.4. CONCESSÃO E PERMISSÃO DO SERVIÇO PÚBLICO	1367	15.3. RECEITA PÚBLICA E DESPESA PÚBLICA	1399
9.5. PARCERIA PÚBLICO-PRIVADA	1370	15.4. TRANSPARÊNCIA, CONTROLE E FISCALIZAÇÃO.....	1400
10. BENS PÚBLICOS.....	1372	★ SÚMULAS APLICÁVEIS	1403
10.1. CONCEITO E CLASSIFICAÇÃO	1372	1. PRINCÍPIOS DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA	1403
10.2. REGIME JURÍDICO	1372	2. ORGANIZAÇÃO DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA E TERCEIRO SETOR	1404
10.3. USO DO BEM PÚBLICO PELO PARTICULAR	1373	3. AGENTES PÚBLICOS	1404
11. INTERVENÇÃO DO ESTADO NA PROPRIEDADE PRIVADA.....	1374	4. PODERES DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA....	1406
11.1. NOÇÕES GERAIS	1374		

5. ATOS ADMINISTRATIVOS.....	1406
5.1. CONTRATOS ADMINISTRATIVOS...	1406
6. PROCESSO ADMINISTRATIVO.....	1407
6.1. SERVIÇO PÚBLICO	1407
7. LICITAÇÕES	1408
8. BENS PÚBLICOS.....	1410
9. INTERVENÇÃO DO ESTADO NA PROPRIEDADE PRIVADA.....	1410
10. RESPONSABILIDADE CIVIL DO ESTADO	1411
11. CONTROLE DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA.....	1412
12. SÚMULAS CONTROLE JUDICIAL DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA: MANDADO DE SEGURANÇA.....	1412
13. IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA.....	1413

CRIMINOLOGIA 1415

Ricardo Silveiras

TABELA DE INCIDÊNCIA DE QUESTÕES.....	1415
---------------------------------------	------

★ QUESTÕES..... 1417

1. ESCOLAS E TEORIAS CRIMINOLÓGICAS ...	1417
2. DIREITO PENAL DO INIMIGO.....	1428

★ DICAS (RESUMO) 1431

1. PRINCIPAIS ESCOLAS E TEORIAS CRIMINOLÓGICAS.....	1431
2. DIREITO PENAL DO INIMIGO.....	1433

DIREITO ELEITORAL 1435

Jaime Barreiros Neto

TABELA DE INCIDÊNCIA DE QUESTÕES.....	1435
---------------------------------------	------

★ QUESTÕES..... 1437

1. DIREITO ELEITORAL: NOÇÕES INTRODUTÓRIAS.....	1437
2. SISTEMAS ELEITORAIS	1439
3. PARTIDOS POLÍTICOS.....	1440
3.1. ORGANIZAÇÃO E FUNCIONAMENTO DOS PARTIDOS POLÍTICOS.....	1440
3.2. FILIAÇÃO PARTIDÁRIA.....	1442

3.3. FINANÇAS E CONTABILIDADE DOS PARTIDOS POLÍTICOS.....	1442
4. ORGANIZAÇÃO DA JUSTIÇA ELEITORAL ..	1443
5. MINISTÉRIO PÚBLICO ELEITORAL	1445
6. ALISTAMENTO ELEITORAL E AQUISIÇÃO DA CAPACIDADE POLÍTICA.....	1447
6.1. ALISTAMENTO ELEITORAL E DOMICÍLIO ELEITORAL	1447
6.2. NACIONALIDADE E DIREITOS POLÍTICOS	1448
7. CONVENÇÕES PARTIDÁRIAS E REGISTRO DE CANDIDATURAS	1449
8. CONDIÇÕES DE ELEGIBILIDADE E CAUSAS DE INELEGIBILIDADES.....	1450
8.1. CONDIÇÕES DE ELEGIBILIDADE.....	1450
8.2. CAUSAS DE INELEGIBILIDADE	1453
9. ARRECADAÇÃO DE RECURSOS E PRESTAÇÃO DE CONTAS NAS CAMPANHAS ELEITORAIS	1454
10. PROPAGANDA ELEITORAL.....	1455
11. ORGANIZAÇÃO DAS ELEIÇÕES, DIPLOMAÇÃO DOS ELEITOS E GARANTIAS ELEITORAIS	1457
11.1. ORGANIZAÇÃO DAS ELEIÇÕES.....	1457
11.2. NULIDADES NAS ELEIÇÕES.....	1458
11.3. GARANTIAS ELEITORAIS	1458
12. ABUSO DE PODER E CONDUTAS VEDADAS EM CAMPANHAS ELEITORAIS	1459
13. AÇÕES E RECURSOS ELEITORAIS	1463
13.1. AÇÕES ELEITORAIS EM GERAL.....	1463
13.2. AÇÃO DE IMPUGNAÇÃO DE MANDATO ELETIVO	1465
14. CRIMES ELEITORAIS E PROCESSO PENAL ELEITORAL.....	1466
14.1. CRIMES ELEITORAIS	1466
14.2. PROCESSO PENAL ELEITORAL	1467

★ DICAS (RESUMO) 1469

1. DIREITO ELEITORAL: NOÇÕES INTRODUTÓRIAS.....	1469
2. OS SISTEMAS ELEITORAIS	1470
3. PARTIDOS POLÍTICOS.....	1471
4. JUSTIÇA ELEITORAL	1484
5. MINISTÉRIO PÚBLICO ELEITORAL	1486

6. CAPACIDADE POLÍTICA E ALISTAMENTO ELEITORAL.....	1487	14. CRIMES ELEITORAIS E PROCESSO PENAL ELEITORAL	1528
7. CONVENÇÕES PARTIDÁRIAS E REGISTRO DE CANDIDATURAS	1491	✦ SÚMULAS APLICÁVEIS	1537
8. CONDIÇÕES DE ELEGIBILIDADE E CAUSAS DE INELEGIBILIDADE	1494	1. SÚMULAS DO SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL.....	1537
9. ARRECADAÇÃO DE RECURSOS E PRESTAÇÃO DE CONTAS NAS CAMPANHAS ELEITORAIS	1500	2. SÚMULAS DO SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA	1537
10. PROPAGANDA ELEITORAL E PESQUISAS ELEITORAIS	1507	3. SÚMULAS DO TRIBUNAL SUPERIOR ELEITORAL	1537
11. ORGANIZAÇÃO DAS ELEIÇÕES E DIPLOMAÇÃO DOS ELEITOS.....	1515	✦ ANEXO 1	1540
12. CONDUTAS VEDADAS EM CAMPANHAS ELEITORAIS E ABUSO DE PODER	1519	✦ ANEXO 2	1541
13. AÇÕES E RECURSOS ELEITORAIS	1521		
13.1. AÇÕES ELEITORAIS	1521		
13.2. RECURSOS ELEITORAIS	1525		